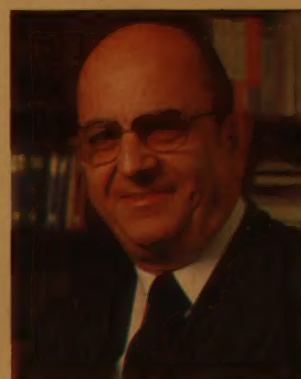
1980
RELATÓRIO ANUAL

BANCO DO BRASIL

O BB EM GRANDES NÚMEROS

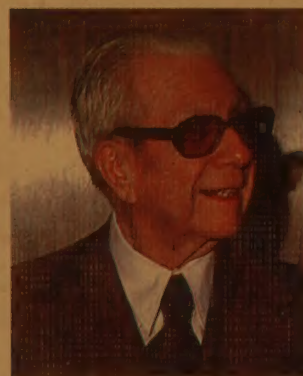
ESPECIFICAÇÃO	em Cr$ milhões 1980	1979	Evolução %
Ativo Total	2.640.422	1.461.069	80,7
Empréstimos	1.212.861	713.013	70,1
Depósitos	434.419	264.456	64,3
Patrimônio Líquido	234.467	138.404	69,4
Capital Social	58.752	39.801	47,6
Lucro Líquido	49.263	15.343	221,1
Lucro Distribuído	23.500	13.219	77,8
POR AÇÃO	Cr$	Cr$	
Lucro Líquido	1,68	0,52	221,1
Lucro Distribuído	0,80	0,45	77,8
Valor Patrimonial	7,98	4,71	69,4
Volume de Ações (em milhões):			
Ordinárias Nominativas	16.470	16.470	—
Preferenciais ao Portador	12.906	12.906	—
Rede de Dependências:			
País	1.838	1.551	18,5
Exterior	61	55	10,9
Quantidade de Funcionários	94.267	84.546	11,5

Posições em final de exercício.

Conselho de Administração

Oswaldo Roberto Colin
Presidente

Nestor Jost

Angelo Calmon de Sá

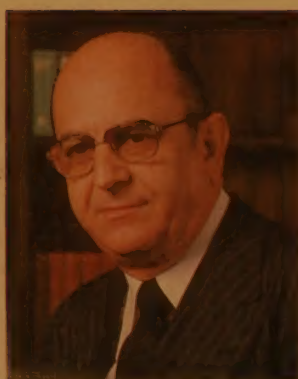
Luiz de Moraes Barros

Carloman da Silva Oliveira

Carlos Geraldo Langoni

Eduardo de Castro Neiva
Vice-Presidente

Carlos José Muniz

Cid Heráclito de Queiroz

CONSELHO DIRETOR

Giampaolo Marcello Falco
Vice-Presidente de Operações no País

Oswaldo Roberto Colin
Presidente

Dinar Goyheneix Gigante
Vice-Presidente de Administração

José Aristophanes Pereira
Diretor de Planejamento

Eduardo de Castro Neiva
Vice-Presidente de Recursos e Operações Internacionais

Benedicto Fonseca Moreira
Diretor de Comércio Exterior

José Luiz Silveira Miranda
Diretor de Controle

Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Diretor de Crédito Comercial

Aléssio Vaz Primo
Diretor de Crédito Rural

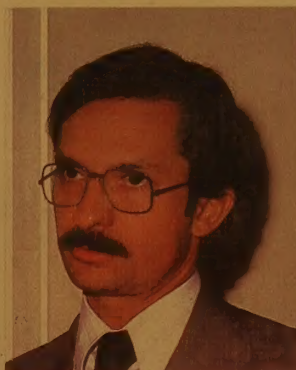
Luis Fernando Duarte Siqueira
Diretor de Recursos Materiais

Alcir Augustinho Calliari
Diretor de Recursos Tecnológicos

Cesar Dantas Bacellar Sobrinho
Diretor de Operações Cambiais

Antonio Machado de Macedo
Diretor de Operações Externas

Amilcar de Souza Martins
Diretor de Recursos Humanos

Antônio Arnaldo Gomes Taveira
Diretor de Operações Financeiras e Serviços

Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho
Diretor de Crédito Industrial

Nilson Miranda Motta
Diretor de Recursos Logísticos

Fernando Baptista Martins
Diretor de Recursos Administrativos da Área Internacional

Atributo de orixá do candomblé baiano, feito pelo mestre Didi. Bahia.

Trançado de fibra vegetal: Sobral - Ceará.

Boi zebu. Barro modelado a mão, cozido e pintado. Caruaru - Pernambuco.

Sandálias tecidas com a fibra de taboa, dos caiçaras da região de Santos - São Paulo.

ÍNDICE

Adereços rituais do traje tradicional da baiana, que em geral desempenha funções de "mãe" ou "filha-de-santo" nos terreiros de candomblé.-Bahia.

Escultura de madeira de Artur Pereira. Cachoeira do Brumado - Minas Gerais.

Urna funerária indígena. Cerâmica ritual da fase marajoara. Ilha de Marajó - Pará.

Chapéu de couro que compõe a indumentária tradicional do vaqueiro nordestino. Caruaru - Pernambuco.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas,

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S.as o Relatório Anual das Atividades do Banco do Brasil durante o exercício recém-concluído.

Neste segundo ano de nossa gestão, buscou-se consolidar as modificações anteriormente introduzidas na estrutura da Empresa, de modo a adaptá-la às exigências e desafios de uma nova ordem mundial, ainda não claramente definida, mas que certamente deverá experimentar profundas e aceleradas transformações.

Acompanhadas de sensível incremento nas taxas de juros, as economias industrializadas voltaram, no período, a conviver com significativos recuos na evolução do produto e acentuada retração no nível de emprego.

O Brasil, a despeito de tão adversa conjuntura, conseguiu manter elevada taxa de crescimento e absorver, com alguma tranqüilidade, a força de trabalho que afluiu ao mercado.

A inflação de três dígitos com que passamos a nos defrontar ao final do ano trouxe preocupações, mas não chegou a abalar a confiança na reversão do processo.

Algumas medidas corretivas serviram para reafirmar as prioridades reiteradamente enfatizadas e que nos dispensaríamos de nomear, tal a notoriedade alcançada pelo trinômio agricultura/energia/exportações, a que a Nação se tem dedicado com redobrado empenho e vigor.

No campo da energia, cabe registrar o desempenho do PROÁLCOOL, financiado em grande parte pelo Banco, que superou todas as metas fixadas para 1980, mostrando ainda amplas perspectivas para 1981. A programação de pesquisas da PETROBRÁS e as novas contratações de risco nos deixam esperançosos quanto à descoberta de mais petróleo no território brasileiro. Também o incremento da extração de carvão e identificação de novas reservas de urânio apontam menor dependência do petróleo importado e considerável alívio no déficit de transações correntes.

Cumprida a meta de US$ 20 bilhões de exportações, com a excepcional participação dos produtos industrializados (cerca de 56%), voltamos agora nossos esforços para vender

aos antigos e novos clientes US$ 25 bilhões em 1981.

A liberação dos preços internos de alguns produtos agrícolas e a fixação de preços mínimos compensadores vieram robustecer a primeira daquelas prioridades, com perspectivas ainda de cotações convidativas, que deverão vigorar no mercado internacional de *commodities*.

O paralelo estímulo à maior participação de recursos próprios no financiamento das atividades rurais se inscreve entre as medidas de poupança interna, cujo incremento aparece como lógica alternativa para financiar o desenvolvimento nacional, ante a crescente dificuldade de captação de recursos no exterior.

E nesse contexto de escassez de disponibilidades, uma vez mais destacou-se a atuação do Banco do Brasil, com uma administração extremamente dinâmica e seletiva dos recursos, de forma a diluir o nível de risco e acelerar o retorno das aplicações para reinjetá-las no sistema.

Para tanto, contou não apenas com uma extensa rede de dependências em todo o território nacional, mas também com sua qualificada estrutura de recursos humanos, incluída, já há bastante tempo, entre seus ativos de maior significação estratégica e institucional.

Engajado no propósito governamental de elevar, a curto prazo, a produção interna de alimentos — como meio de sanar deficiências no abastecimento doméstico e proporcionar significativa geração de excedentes exportáveis — voltou-se o Banco preferencialmente para o pequeno produtor, cuja participação no montante dos empréstimos direcionados para a atividade rural experimentou substancial incremento no curso dos últimos dois anos, saltando da modesta marca de 19% para nada menos de 30%.

Para lograr tal desempenho, dos mais relevantes, muito concorreram nossos Postos Avançados de Crédito Rural, pois o deslocamento de uma única unidade percentual já significa, na prática, difícil incorporação de milhares de novos clientes.

A sedimentação do programa ensejou apreciável redução dos parâmetros inicialmente definidos como indicadores do ponto de equilíbrio daquelas unidades, circunstância que muito contribuiu para mais rapidamente amadurecê-lo e torná-lo auto-suficiente com bastante antecipação.

Além do crescimento quantitativo dos Postos Avançados — seu número praticamente dobrou ao longo do exercício — manteve-se, no âmbito de nossas cogitações, com o reforço da experiência adquirida, a perspectiva de que venham a alcançar suficiente mobilidade para atender o mutuário em toda a extensão de suas necessidades, inclusive conta corrente e desconto de promissórias, rompendo os estreitos limites de atuação a que suas unidades, no momento, ainda estão submetidas.

Cuidou-se, paralelamente, de incrementar a produtividade de nossas lavouras (ainda muito baixa em relação aos padrões internacionais), através de estreita sintonia entre capital, mão-de-obra, tecnologia e demais fatores de produção envolvidos nesta complexa comunhão de variáveis, a que se juntam, não raro, outros elementos aleatórios.

Para estimular esse incremento, instituiu-se a concessão de prêmios à produtividade agrícola, a que farão jus as empresas prestadoras de assistência técnica que consigam confirmar na lavoura a produtividade

esboçada nos respectivos projetos.

É mais um mecanismo a serviço do produtor, já a partir das safras plantadas ao final de 1980, tratando-se de iniciativa fadada a alcançar, pelas características pioneiras de que se reveste, o mais largo sucesso.

Temos a registrar, por outro lado, a efetiva implementação do Sistema de Apoio Integrado às Pequenas e Médias Empresas, destinado a conjugar o crédito com simultânea prestação de assistência técnica, gerencial, fiscal e mercadológica.

Por enquanto, o programa abrange apenas 74 agências e alcança, em princípio, cidades de porte médio, com vocação industrial e possuidoras de instituições aptas à prestação de consultoria e assessoramento técnico-gerencial.

Além das atribuições a que usualmente se atinha, o Banco agora se propõe, com o mencionado Sistema, a uma integral avaliação técnica do desempenho das empresas, que assumirão, em contrapartida, o compromisso de alienar ativos ociosos ou inadequados.

Espera-se assegurar a efetiva participação das pequenas e médias empresas no processo econômico nacional, porquanto dessa harmoniosa convivência com as de grande porte — também imprescindíveis no atual estágio de evolução tecnológica e internacionalização do mercado — ressalta a própria essência de um capitalismo pleno de vitalidade, sedimentado na livre concorrência e na soberania do consumidor.

No âmbito de atuação do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC), voltado basicamente para o apoio financeiro a geração e desenvolvimento da ciência e da tecnologia, cabe ressaltar, pelo que significa em termos de proteção à infância brasileira, sua expressiva participação, da ordem de quase 200 milhões de cruzeiros, em projeto vinculado a pesquisa e produção de vacinas antiviróticas (sarampo e poliomielite).

Outra memorável experiência foi o concurso Caminhos Alternativos da Energia, de âmbito nacional e intensa repercussão junto à comunidade científica do País, no qual se inscreveram mais de 400 projetos. O autor laureado em primeiro lugar fez jus a um milhão de cruzeiros, além de financiamento para desenvolver a pesquisa, até a fase de protótipo ou de planta piloto.

Para melhor desempenhar suas funções de apoio ao desenvolvimento do País, financiar as atividades produtivas e integrar novas áreas no processo de geração de riquezas, o Banco colocou em operação, no decurso do ano, mais 287 unidades. Encerrou o exercício com 1.838 dependências em pleno funcionamento.

Cerca de 45% das agências estão situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contra 38% há apenas dois anos, o que significa inequívoca reafirmação do papel social a que se propõe o Banco do Brasil e do compromisso maior em colocar sua ação catalisadora a serviço das comunidades mais longínquas e menos assistidas.

O estreitamento de relações com seus acionistas também foi objeto de minuciosa atenção por parte da Empresa. Além de propiciar bons dividendos (Cr$ 0,80 por ação em 1980), promoveu ainda, dentro da mesma ótica, a deflagração de ampla pesquisa destinada a melhor identificar o perfil e os anseios do corpo social.

Dados preliminares, extraídos do Cadastro de Acionistas mantido pelo Banco, revelam a valiosa informação de que 25% de nossos acionistas detêm individualmente menos de 1.000 ações e que nada menos de 15% deles ainda não ultrapassaram a faixa etária dos 18 anos, o que mostra a efetiva democratização do capital da Empresa e a penetração de seu prestígio junto à população jovem do País.

Com o mesmo propósito de identificação de necessidades do mercado, segundo uma visão voltada para o cliente, partiu-se para o patrocínio de programas de pesquisa destinada ao levantamento da imagem do Banco, nos meios urbano e rural, de modo a melhor conhecer as reais aspirações, em termos de serviços bancários, dos diversos segmentos da opinião pública nacional.

Na área internacional, a atuação do Banco muito contribuiu para a expansão do intercâmbio comercial e para a captação, através de empréstimos e lançamento de bônus, das divisas de que o País necessita.

Só a título de empréstimos conseguiu levantar nada menos de US$ 2.206 milhões, tarefa árdua ante a crise que o mundo atravessa e só possível graças ao conceito de que desfruta o Banco junto à comunidade financeira internacional.

Nada disso seria possível, vale a ressalva, se não contássemos com a atuação agressiva da rede externa, hoje com 61 unidades, além de três subsidiárias de inteiro controle do Banco.

Não obstante sua presença em Viena tenha representado vigoroso passo na direção do Leste Europeu, pretende o Banco consolidar essa posição através de filial a ser instalada em Varsóvia, bem no coração daquela área de significativo valor estratégico para o Brasil.

Outro destaque foi a inauguração de Macau, no Extremo Oriente, também verificada em 1980. Tende a se converter em ponta-de-lança para a penetração dos nossos produtos no gigantesco mercado consumidor da China, que agora se abre para as mercadorias procedentes do mundo ocidental.

Decidiu-se ainda pela criação, nos Estados Unidos, de empresa especificamente destinada a operações de *leasing*, da qual esperamos excelentes resultados. É mais uma iniciativa em favor da posição cambial do País. A nova empresa atuará nos dois sentidos: aquisição de equipamentos brasileiros para arrendamento no exterior — uma exportação, portanto — e aluguel de máquinas estrangeiras a empresas nacionais, que evitarão importações onerosas e conseqüentes imobilizações.

Se não extraordinários, por força da própria contenção que a política monetária orientou, os resultados aqui consignados refletem a adequação das diretrizes formuladas e a tradicional versatilidade e dedicação do quadro funcional, ao qual atribuímos substancial parcela do sucesso alcançado. Não fora a motivação que o acompanha ao longo de toda a carreira, em qualquer missão ou tarefa, e os números que aí estão, por certo, seriam bem menos expressivos.

Aos companheiros de Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, pela clarividência e serena determinação com que se houveram, também rendemos nossas homenagens, agradecendo o muito que fizeram e renovando nossa esperança de que progressivos êxitos voltem a se registrar.

O. R. Colin

Oswaldo Roberto Colin
Presidente

Cestos cargueiros, trançados com fibras de cipó. Aracaju - Sergipe.

Bonecos de barro modelado a mão, cozido e pintado com tintas industriais, representando uma banda de pífanos. Caruaru - Pernambuco.

Urna funerária indígena. Cerâmica ritual arqueológica da fase marajoara. Ilha de Marajó - Pará.

O ARTESANATO NO NORTE

Ao considerarmos a estreita relação do artesanato com a ecologia local, é natural destacar-se a presença do índio brasileiro na região norte-amazônica. Exercitando desde recuadas épocas pré-cabralinas as técnicas da olaria e do trançado, as populações indígenas nos deixaram testemunhos arqueológicos de extraordinária beleza, de que é exemplo a cerâmica da fase marajoara. Para avaliarmos o grau de domínio técnico do indígena brasileiro, é oportuno assinalar que ele não conheceu e ainda não usa o torno, introduzido mais tarde pelos colonizadores. O torno se acha hoje incorporado à tecnologia dos oleiros, que produzem louça utilitária, em locais como Icoaraci - Belém, Ilha das Onças, Barcarena - Pará.

A segunda grande técnica que o índio domina é a do trançado com fibras vegetais. O castanheiro, o vaqueiro, o seringueiro, ao tecerem com estas fibras, incorporaram *técnicas* e por conseguinte *formas* do artesanato indígena. *Covos* trançados para a pesca, o tipiti no processamento da mandioca, a rede de dormir são apenas alguns dos itens de uso corrente que podemos apontar como um legado indígena.

O artesanato indígena, pela indissolubilidade entre um viver e um fazer que patenteia, é a imagem verdadeira daquele homem total, que não separa em níveis estanques a sua visão de mundo. Qualquer exemplo da cultura material indígena, desde a habitação até um adorno ritual plumário, oferece a leitura múltipla de uma função social e da fruição estética.

Pormenor de trançado indígena da região norte-amazônica.

Redes de dormir, de origem indígena. Observadas desde o descobrimento do Brasil, tornaram-se item de uso corrente, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Amazonas.

Escultura de madeira com decoração simbólica pintada, dos índios kaxuyana, usada para atrair a caça. Região norte-amazônica.

Tanga ritual da fase marajoara. Considerada pelos especialistas a peça mais característica desta cultura. Ilha de Marajó, Belém - Pará.

Detalhe de cesto cargueiro dos índios wayana apalaú, cujo trançado representa figuras ligadas à mitologia daquela tribo. Região norte-amazônica.

A ECONOMIA

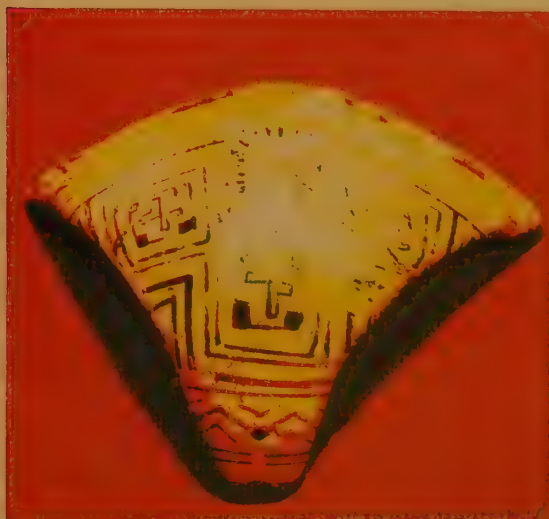
PANORAMA MUNDIAL

No início dos anos oitenta a conjuntura mundial ressente-se ainda, e com maior intensidade, dos eventos ocorridos na década passada, com destaque para a desorganização do sistema monetário, a crise de energia, o agravamento do desnível nas transações internacionais e a situação difícil em que se encontram muitas nações, com interpenetração nos campos político e social.

O recrudescimento dos índices inflacionários e a redução do nível da atividade econômica desaguaram na indesejada elevação da taxa de desemprego e levaram a maioria dos países a reforçar suas políticas protecionistas, com seqüelas que atingem a todos, indistintamente, mas de forma ainda mais adversa as nações do Terceiro Mundo.

Além disso, a incerteza no abastecimento de combustível, decorrente de notórias divergências entre os países produtores de petróleo, trouxe também sérios prejuízos a todo o sistema econômico mundial.

A recessão norte-americana, evidenciada a partir de janeiro, refletiu-se, por sua vez, na redução do ritmo de crescimento das economias industrializadas e, por indução, das demais nações, principalmente aquelas em via de desenvolvimento não-produtoras de petróleo.

O resultado foi um crescimento médio do produto nacional bruto de somente 1,1% no conjunto dos países industrializados (3,4% em 1979). Ao mesmo tempo, as taxas inflacionárias atingiram 12,4% nos Estados Unidos, 5,5% na Alemanha Ocidental e cerca de 8% no Japão.

Enquanto isso, a elevação das taxas de juros onerava sobremaneira o serviço da dívida, agravando a situação dos países deficitários e dificultando o fechamento de suas contas externas. A *prime-rate* e a *Libor* voltaram a subir no final do ano, fechando o período com 20,5% e 16,8%, respectivamente, níveis jamais registrados.

Para amenizar o pesado ônus do serviço da dívida, os países em desenvolvimento vêm reduzindo suas importações, já bastante comprimidas, com o que comprometem planos de expansão que não deveriam ser interrompidos.

MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA

Em que pese ao ambiente recessivo predominante no cenário econômico internacional, o Brasil rejeitou uma política contracionista para a superação de seus problemas, ante a inevitável repercussão negativa no campo social, sobretudo quanto ao desemprego, pois o mercado necessita absorver anualmente contingente em torno de 1,5 milhão de novos trabalhadores.

Por este motivo e confiante em seu potencial econômico, optou, como estratégia de desenvolvimento, pela manutenção da taxa de crescimento do produto e do nível de emprego, sem relegar a segundo plano o combate à inflação, a superação dos problemas do balanço de pagamentos e a necessidade de reduzir a excessiva dependência do petróleo importado.

As medidas anunciadas no início de dezembro de 1979 objetivavam basicamente tornar factível a programação governamental.

Iniciou-se a redução da massa de subsídios ao crédito e ao consumo, considerados muito acima do justificável para atender aos objetivos prioritários do País, e que dificultavam a condução da política monetária.

No que diz respeito à política cambial, a maxidesvalorização de 30% permitiu acelerar a retirada dos subsídios fiscais, propiciando ao exportador brasileiro maior competitividade no mercado externo e maior margem de lucro para alguns setores, especialmente no que respeita aos produtos primários.

A desburocratização do sistema de incentivo à exportação também contribuiu para o excelente comportamento das vendas externas brasileiras, em 1980.

Em complemento àquelas medidas, outras foram adotadas no decorrer de 1980, destacando-se a prefixação da correção cambial (40%) e monetária (45%). Estabeleceu-se o teto de 50% para expansão dos meios de pagamento e procurou-se melhor disciplinar a execução dos orçamentos Monetário e da União.

Para dotar os depósitos

compulsórios de maior mobilidade como instrumento de controle da oferta monetária, foi aprovada nova sistemática de ajustamento das reservas, segundo o esquema de médias móveis. Criou-se ainda, no âmbito do Banco Central, a conta de reservas bancárias, que abrange praticamente todas as fontes de recursos do sistema financeiro nacional.

Na área fiscal, buscou-se diminuir as pressões dos gastos públicos e gerar recursos não-inflacionários destinados ao financiamento das atividades prioritárias, através do aumento das alíquotas e do campo de incidência do IOF e da instituição, para pessoas físicas, do empréstimo compulsório de 10% sobre ganho de capital superior a Cr$ 4 milhões.

Manteve-se a prioridade à agricultura, como forma de elevar a oferta de alimentos e gerar excedentes exportáveis, sem esquecer a política de comércio exterior, objeto de permanente e cuidadosa atenção do Governo.

Com o intuito de reduzir o déficit do balanço de pagamentos e desenvolver projetos prioritários, procurou-se atrair investidores estrangeiros e incentivar o empresariado nacional a buscar recursos externos no mercado financeiro. A captação de recursos, através da Resolução n.º 63, foi excluída do limite de 45% estabelecido para o crescimento dos empréstimos do sistema bancário.

Optou-se pela manutenção da política de minidesvalorização cambial — em vigor desde 1968, com uma única interrupção —, limitada, porém, pela prefixação de 40%. Procurava-se, assim, eliminar o grau de incerteza gerado em algumas áreas empresariais, quanto à possibilidade de se repetir a maxidesvalorização de dezembro de 1979, e aumentar a atratividade dos empréstimos externos.

Em meados do ano, com o objetivo de estender ainda mais o horizonte das medidas adotadas anteriormente, decidiu-se que, no período julho/1980 a junho/1981, a correção monetária seria fixada em 50%, limite também atribuído à correção cambial. Os resultados, insatisfatórios, levaram o Governo a reformular a sistemática adotada, decidindo-se inclusive por vincular a correção monetária e cambial ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A despeito do rigoroso acompanhamento das metas programadas, a inflação ficou em 110%; os empréstimos bancários ultrapassaram em cerca de 26 pontos percentuais a estimativa inicial; e o déficit da balança comercial aproximou-se da marca de US$ 3 bilhões.

CRESCE O PIB

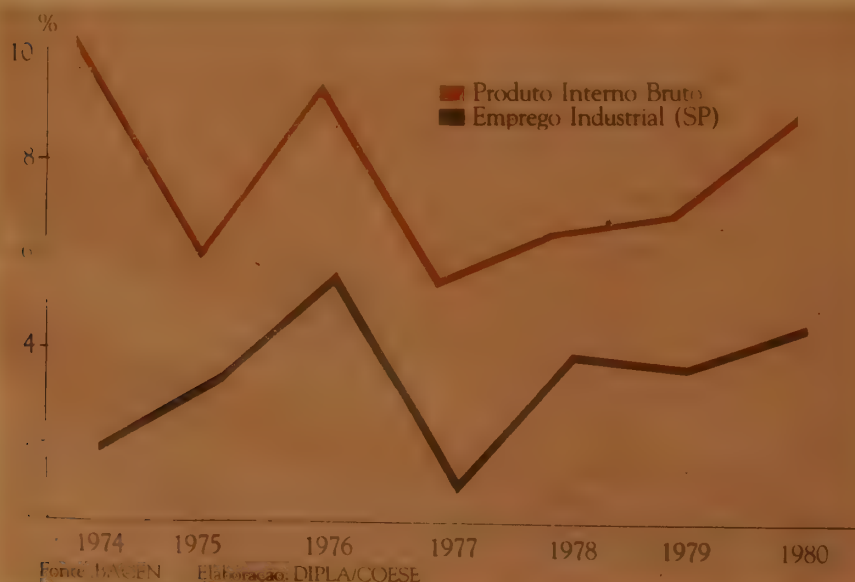
Mesmo assim, a economia brasileira apresentou a maior taxa de crescimento dos últimos quatro anos. Segundo estimativas preliminares da Fundação Getúlio Vargas, o PIB cresceu 8,5%. O crescimento por setores foi de 8,1% na agricultura, 8,3% na indústria, 7,7% no comércio e 13,5% em transportes e comunicações.

O nível de emprego na indústria como um todo cresceu quase 3,8% de janeiro a novembro, em relação a igual período de 1979. Na indústria extrativa mineral, verificou-se expansão de 7,1%, e na de transformação, 3,7%.

O salário médio nominal da indústria, naquele intervalo, mostrou acréscimo de 90,7%, em face do incremento de 90,2% na indústria de transformação e de 107,3% no setor extrativo mineral.

MEIOS DE PAGAMENTO

As dificuldades enfrentadas pelo Governo, em 1979, na tentativa de conter a oferta da moeda em patamar

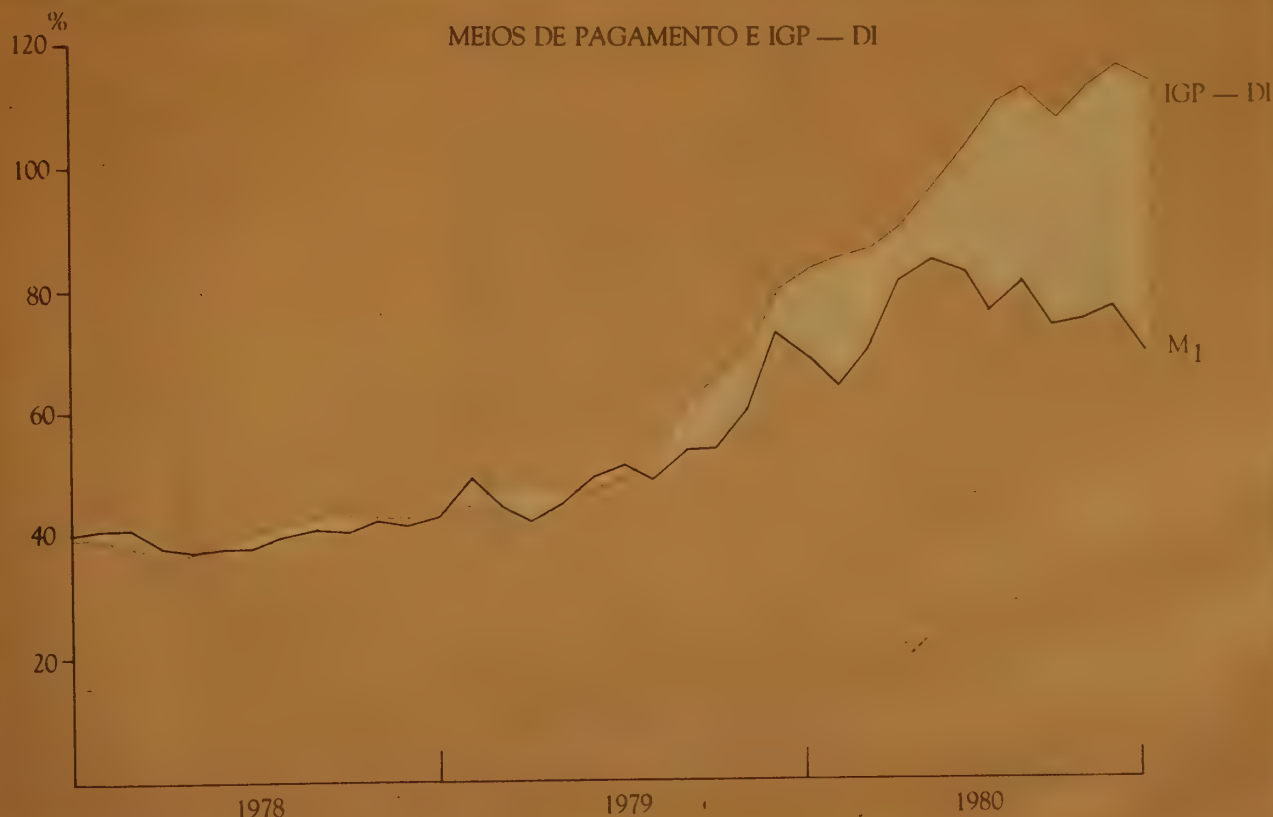
Fonte: BACEN Elaboração: DIPLA/COESE

compatível com a política antiinflacionária estavam a indicar a necessidade de rigoroso controle da expansão das variáveis monetárias em 1980, sob pena de comprometer a estratégia adotada para a reversão dos índices de preços.

Previu-se, quando da aprovação do Orçamento Monetário para 1980, que eventuais desvios nas aplicações deveriam ser prontamente compensados no mês subseqüente, de forma a se atingir, ao final do exercício, os índices preestabelecidos. No caso das chamadas "contas em aberto", voltadas especialmente para a expansão da produção agrícola, os excessos seriam contrabalançados com os recursos a serem alocados aos setores considerados não-prioritários.

No decorrer do primeiro semestre, entretanto, o expressivo crescimento das "contas em aberto" e do déficit da "conta petróleo" passou a exercer forte pressão sobre a base monetária, já pressionada pela liberação dos recursos utilizados no programa regulador de estocagem de carne e pela cobertura do risco de câmbio dos depósitos em moeda estrangeira.

Os empréstimos do sistema bancário já haviam crescido 34,8%, até junho, mais de 2/3 da expansão programada para o ano todo.

Para conter os excessos, que certamente se agravariam ante a perspectiva de maior liberação de crédito, que normalmente ocorre no segundo semestre, viu-se o Governo obrigado a reduzir a liquidez do sistema. Foram acionados os mecanismos tradicionais de política monetária — redesconto, depósito compulsório e mercado aberto — e processou-se uma

Fonte: BACEN Elaboração: DIPLA/COESE

gradativa redução no estoque das reservas internacionais.

Apesar de todo o esforço contencionista, os empréstimos bancários evoluíram em cerca de 71%, 26 pontos percentuais acima do projetado.

Em conseqüência, a estimativa para os meios de pagamento foi superada em larga margem. Mesmo assim, a evolução (70,6%) ficou bem abaixo da inflação do ano (110,2%), circunstância que poderá refletir-se sobre provável redução no crescimento dos preços em 1981.

A base monetária cresceu 53,8%, muito abaixo do incremento observado em 1979 (84,4%). Fruto da maior captação de depósitos à vista por parte da rede bancária privada, o multiplicador da base expandiu-se em 11,1%, após vários anos de quedas consecutivas.

SOBEM OS PREÇOS

Apesar do esforço despendido ao longo do ano, através da implementação de diversas medidas voltadas para a contenção da pressão altista dos preços, verificou-se forte exacerbação da taxa inflacionária.

Se, de um lado, o controle exercido sobre as contas do setor público e o crescimento da oferta interna de alimentos, entre outros fatores, ajudaram a refrear a escalada dos preços, de outro lado, o impacto resultante da expressiva oferta monetária do ano precedente, a política de preços mais realistas para alguns produtos e a elevação dos níveis de consumo contribuíram para manter as taxas inflacionárias em níveis quase sempre crescentes.

Chegou-se ao final de 1980 com a mais alta taxa da história do País: o Índice Geral de Preços, no conceito de Disponibilidade Interna (IGP-DI), atingiu 110,2%, sobretudo devido ao comportamento do Índice de Preços por Atacado (IPA), seu componente de maior peso, que assinalou 121,3%. O Índice do Custo de Vida evoluiu 86,3%, enquanto o Índice do Custo da Construção Civil elevou-se em 113%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por sua vez, evoluiu 95,3% no período.

MERCADO DE AÇÕES

Impulsionado principalmente pela prefixação da correção monetária e cambial, além do controle das taxas de juros, que inibia a colocação de CDB, o mercado de ações apresentou significativos resultados no decorrer do 1.º semestre.

Na Bolsa do Rio, por exemplo, o valor negociado aumentou 700% em relação a igual período de 1979, enquanto a quantidade de ações negociadas expandia-se em 250%. São Paulo, por sua vez, registrou, pela ordem, incremento de 217% e 120%.

No segundo semestre, contudo, o comportamento do mercado, especialmente a partir de setembro, mostrou-se bastante fraco. A forte pressão de vendas provocada, num primeiro instante, pela liberação da taxa de juros para captação, mais se acentuou com os acontecimentos ligados a sucessivas intervenções em instituições de ativa participação no pregão.

Ao final do exercício, os índices médios anuais de lucratividade daquelas Bolsas acusaram valorização de 42,7% e 44,2%, respectivamente. O volume total de papéis negociados atingiu 55,6 bilhões no Rio e 41,2 bilhões em São Paulo, girando recursos de Cr$ 191,7 bilhões e Cr$ 92 bilhões, respectivamente.

Em 1980, as empresas de capital aberto emitiram papéis no montante de Cr$ 50,5 bilhões, dos quais Cr$ 34,3 bilhões em ações e Cr$ 16,2 bilhões em debêntures. A média mensal de emissão alcançou Cr$ 4,2 bilhões.

RECOMPONDO ESTOQUES AGRÍCOLAS

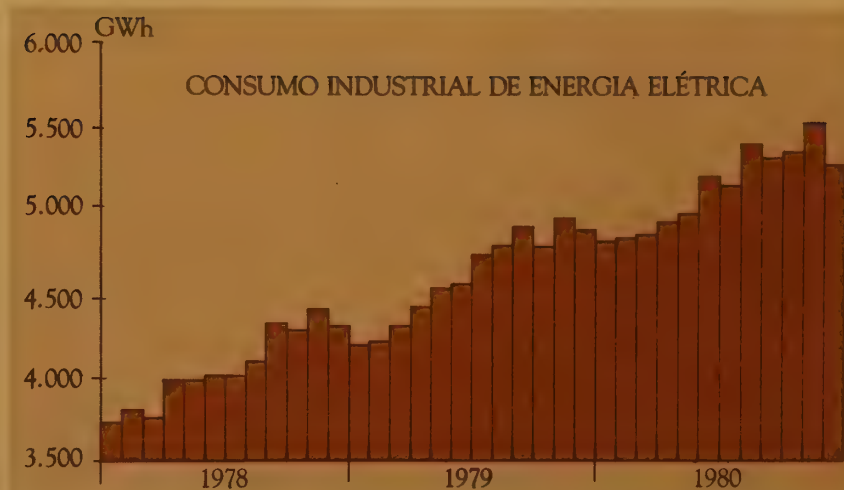
A prioridade concedida à agricultura apóia-se, sobretudo, na grande capacidade de resposta do setor a curto prazo.

Deu-se ênfase à produção de cereais de consumo doméstico, para reduzir as pressões inflacionárias; de biomassas, para viabilizar a geração de energia alternativa; e de excedentes exportáveis, para minimizar o desequilíbrio da balança comercial.

Além de contribuir para a geração de novos empregos em toda a economia, o apoio à atividade agrícola visou também estender seus resultados ao setor industrial, através da melhor utilização da sua capacidade instalada. Incentivou-se a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, principalmente nas regiões reconhecidamente apropriadas para atividades rurais. A concessão de crédito para custeio, com a aplicação do Valor Básico de Custeio (VBC) — reajustado de acordo com a inflação —, e a fixação de preços mínimos remuneradores estimularam

sobremaneira a expansão da agricultura, principalmente das lavouras de consumo interno. Os produtores mais carentes foram beneficiados com financiamento de custeio integral, enquanto os de maior porte, normalmente vinculados à exploração de culturas mais rentáveis, receberam apenas parte do VBC, passando a aplicar maior soma de recursos próprios em suas lavouras.

Na temporada de 1980, a colheita dos principais grãos (arroz, feijão, milho, trigo e soja) superou em 27% a safra de 1979, apesar da estiagem no Nordeste e das geadas no Sul. Os 50 milhões de toneladas colhidos constituem novo marco na história do País.

Grande parte do resultado é atribuído ao aumento da produtividade média, como é o caso da cultura da soja. Sua produção de 15,2 milhões de toneladas — superior em 48% à observada em 1979 — se traduziu num rendimento médio da ordem de 1.700 kg/ha, contra apenas 1.530 kg/ha no triênio 1976/78.

Fonte: ELETROBRÁS

Apesar da boa safra, a ocorrência de fenômenos climáticos adversos provocou a importação de alguns produtos agrícolas básicos (arroz, feijão e milho), para complementar a oferta interna e a formação de estoques reguladores. A demanda insatisfeita de feijão, agravada em 1980, face a sucessivas frustrações de safras, vem provocando crescentes importações do produto, com reflexos negativos para a balança comercial.

CRESCIMENTO INDUSTRIAL

A indústria brasileira conseguiu apresentar taxa de crescimento acima da expectativa inicial, superando amplamente o incremento observado em 1979. Suplantou, inclusive, a expansão média observada no qüinqüênio 1975/79.

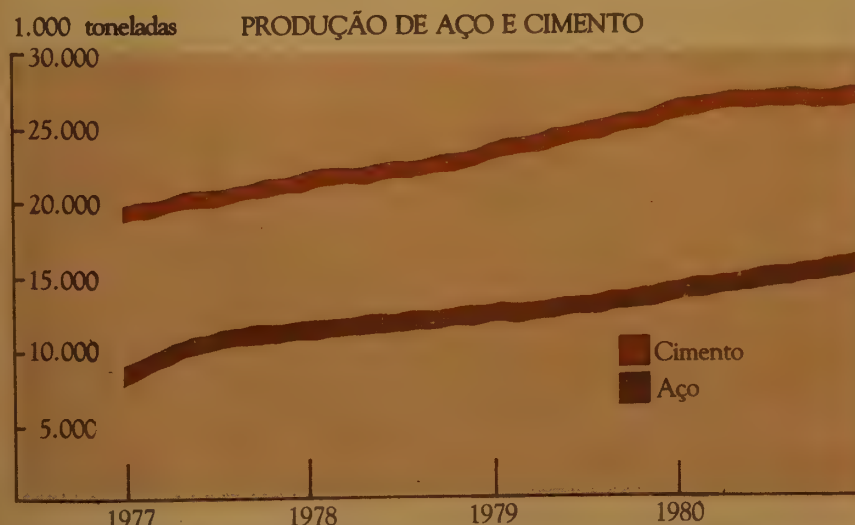
A indústria extrativa mineral cresceu 14,3%, até novembro, com destaque para a produção de petróleo, minério de ferro e bauxita. A de transformação, por seu turno, expandiu-se em 7,8%, realçando-se os ramos de metalurgia, mecânica, de matérias plásticas e produtos alimentares.

Segundo a categoria de uso, destacou-se, no setor de bens intermediários, o desempenho das indústrias de cimento; na área de bens de capital, sobressaiu a performance do ramo de máquinas agrícolas; no setor de

1.000 toneladas PRODUÇÃO DE AÇO E CIMENTO

30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000

Cimento
Aço

1977 1978 1979 1980

Fonte: CONSIDER e Sindicato Nacional da Indústria do Cimento Elaboração: DIPLA/COESE

bens de consumo duráveis cresceram os produtos das indústrias de eletrodomésticos e automobilística. Os produtos alimentares e têxteis, por sua vez, distinguiram-se dentre os não-duráveis.

A produção de aço foi a mais de 15,3 milhões de toneladas (+ 10,3%), colocando o País entre os dez maiores produtores do mundo. Mantida a taxa média anual (10%) de crescimento do setor siderúrgico, o Brasil poderá assumir posição ainda mais destacada nos próximos anos.

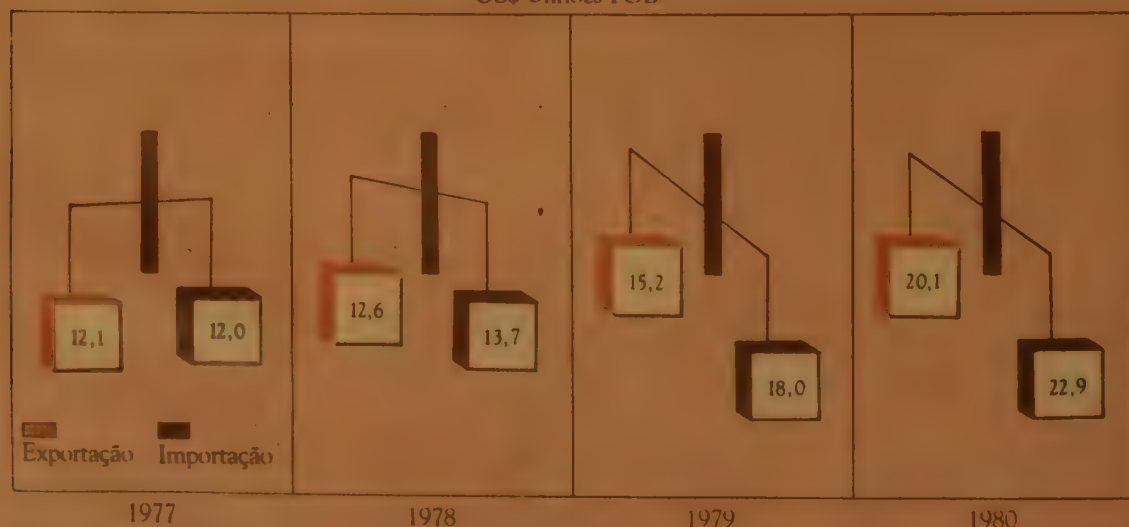
Na indústria cimenteira, os resultados foram também satisfatórios. Influenciada pela continuidade dos projetos governamentais e pelo incremento da construção civil, a produção anual alcançou 27,3 milhões de toneladas, expansão de 9,7%.

Reflexo do bom desempenho observado no setor secundário, o consumo industrial de energia atingiu 61,6 mil GWh, expansão de 11,1% sobre o ano anterior. O Brasil é o segundo país do mundo em número de centrais hidrelétricas com mais de 1.000 MW de capacidade instalada, que deve ultrapassar 60 milhões de kW até 1990, quando, além de muitas outras, já estarão em pleno funcionamento as usinas de Itaipu (12,6 mil MW) e Tucuruí (3,96 mil MW).

COMÉRCIO EXTERIOR

Apesar da elevada taxa de crescimento observada nos últimos anos, as exportações não foram suficientes para neutralizar o impacto oriundo do serviço da dívida e dos preços crescentes do óleo importado. Dados preliminares indicam uma receita de US$ 20,1 bilhões, 32% a mais que no exercício anterior, incremento bastante encorajador, se levados em conta os obstáculos e limitações impostos por alguns dos clientes mais tradicionais.

As importações, todavia, ficaram em torno de US$ 22,9 bilhões. O petróleo onerou com cerca de US$ 9,4 bilhões, mais de 40% da pauta, embora o volume físico das aquisições do produto tenha permanecido praticamente inalterado em relação a 1979. A elevação pura e simples do preço do produto responde, portanto, por um dispêndio muito maior de divisas, do que resultou um déficit de US$ 2,8 bilhões na balança comercial.

As constantes elevações do preço do petróleo representaram prejuízos para o Brasil também indiretamente, porque provocaram a majoração dos preços de quase todos os insumos e manufaturas ofertados no mercado internacional, derivados ou não do óleo.

Fonte: CACEX E MINIFAZ Elaboração: DIPLA/COESE

Para a diversificação dos mercados fornecedores — sobretudo após a eclosão do conflito entre o Iraque e o Irã — buscou-se contactar novos supridores, especialmente os que se dispusessem a oferecer reciprocidade às importações brasileiras. Houve, por outro lado, a garantia de substancial ampliação nas ofertas do México e da Venezuela, principais fornecedores do Brasil, no bloco latino-americano.

As importações dos demais produtos cresceram apenas 14%, taxa bastante inferior à de expansão das exportações, evitando um saldo negativo mais acentuado na balança comercial.

A exportação de produtos básicos registrou incremento de 29% em relação a 1979 e os industrializados cresceram 33%. Na composição da pauta, aqueles participaram com 42% e estes com 56,5%.

Os maiores crescimentos relativos de receita, entre os produtos básicos, ocorreram no setor de bauxita, frango congelado, açúcar demerara e soja em grão. Em termos de influência na composição da pauta, destacaram-se café em grão, minério de ferro, farelo e torta de soja e, ainda, o açúcar demerara.

Entre os semimanufaturados, destacou-se o açúcar cristal, com excepcional crescimento de receita de quase 1.300%, inédito na história do seu desempenho. O tipo refinado, por sua vez, liderou a lista de crescimento dos manufaturados, embora não o tenha feito de forma tão expressiva quanto a revelada pelo açúcar cristal. Também especial referência comporta o item material de transporte, seguido do grupo máquinas, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos e produtos siderúrgicos manufaturados, o primeiro com cerca de US$ 1,5 bilhão e os outros dois grupos com mais de US$ 900 milhões e US$ 383 milhões, respectivamente.

ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS

O Brasil desenvolve intensa luta para minimizar os reflexos da crise de combustíveis: acionou projetos de reciclagem energética, ao lado da indispensável redefinição dos padrões de consumo. Se a curto prazo a situação exige medidas de emergência, um conjunto de circunstâncias proporciona ao País excelentes perspectivas de êxito, a médio e longo prazo.

Na área petrolífera, as bacias sedimentares em terra firme chegam a 3,2 milhões de km^2, enquanto na faixa marítima atingem 800 mil km^2. O plano qüinqüenal da PETROBRÁS prevê, até 1985, a perfuração de 2.516 novos poços e a produção de 520 mil barris/dia de petróleo.

A estrutura de produção de carvão mineral — reservas avaliadas em 23 bilhões de toneladas, das quais 60% se prestam a fins energéticos — vem sofrendo significativas mudanças para permitir a substituição não apenas do óleo combustível, mas também, em menor escala, de nafta e GLP. A meta do PROCARVÃO é produzir, em 1985, 27,5 milhões de toneladas de carvão mineral.

Grande extensão de terras agricultáveis e clima propício são os fatores básicos de que o País dispõe para o cultivo da cana-de-açúcar e de outros produtos destinados à transformação em combustível líquido. O PROÁLCOOL é um magnífico exemplo de aproveitamento bem sucedido.

Abre-se agora perspectiva animadora de utilização de óleos vegetais para fins carburantes. O Programa Nacional do Óleo (PROÓLEO) prevê, para 1985, oferta adicional de quase dois milhões de metros cúbicos de óleo para aquela finalidade.

Um potencial hidrelétrico estimado em 213.000 MW dá idéia do quanto se pode evoluir nessa área. Em 1979, a capacidade instalada aproximava-se de 29.000 MW, com 85% de fonte hídrica e o restante de origem térmica. A entrada em operação de novas unidades geradoras no decurso do ano ampliou essa capacidade para aproximadamente 32.000 MW.

Destacam-se, ainda, as reservas de urânio (236 mil toneladas), que tendem a crescer com o programa de prospecção em curso, e de xisto betuminoso, a segunda do mundo, avaliada em 532 bilhões de m^3.

Além desses programas, instituídos para substituir, progressivamente, os principais derivados de petróleo, maiores responsáveis pela necessidade de importação, não se descuidou de fontes alternativas regionais, estimuladas paralelamente ao desenvolvimento de processos que permitam sua viabilização econômica e uso generalizado.

Dentre essas fontes não-convencionais se destacam a energia solar direta, das marés, das baixas quedas d'água e da produzida por biodigestores, que poderão substituir, até 1985, 15.000 barris/dia de petróleo.

O PROJETO GRANDE CARAJAS

O Brasil possui uma das maiores províncias minerais do mundo, na serra dos Carajás, no norte do País. Só em minério de ferro, estão ali depositados 18 bilhões de toneladas, 55% do total nacional, que ocupa o 2.° lugar em reservas no mundo.

A estas somam-se as reservas de bauxita de Paragominas, com 4 bilhões de toneladas e teor médio de 40%, e da região do rio Trombetas, com 600 milhões de toneladas e teor médio de 50%. Em 1980, a bauxita de Trombetas contribuiu com grande parte das divisas brasileiras acumuladas com a exportação de minerais não-ferrosos.

De fundamental importância para a siderurgia, o manganês também foi encontrado na região. São três jazidas, totalizando 60 milhões de toneladas, com teor médio em torno de 44%. Sua exploração não oferece grandes obstáculos, pois em local próximo será construído o terminal ferroviário que levará o minério de Carajás até o porto de exportação.

Com as jazidas de cobre — reservas da ordem de 1 bilhão de toneladas — o País passa a vislumbrar a auto-suficiência nesse metal e ainda o atendimento de parte da crescente demanda interna de outros metais contidos no minério — ouro, prata, níquel, selênio e enxofre. Apenas em cobre, o Brasil deixará de importar cerca de US$ 420 milhões anuais, que representam 60% do dispêndio com a aquisição de metais não-ferrosos.

Mas a rica província apresenta outras jazidas. Além de ocorrências não estimadas de chumbo, zinco, prata, cromo e amianto, foram identificados 125 milhões de toneladas de minério de níquel (teor de 1,5%) e 50 milhões de toneladas de bauxita (teor de 45% de óxido de alumínio).

Ante a conveniência de se desenvolver de forma integrada toda a região, o Governo autorizou a execução do chamado Projeto Grande Carajás, a ser administrado por um conselho interministerial, para viabilizar o empreendimento e examinar as condições de concessão de incentivos fiscais e financeiros.

Grande parte dos recursos serão aplicados na construção de usinas destinadas à transformação de ferro, bauxita, cobre, níquel, manganês, ouro etc. Os projetos potenciais incluem, entre outros, a obtenção de sinter, gusa, ferro-esponja, ferro-manganês, ferro-níquel, alumina, alumínio, concentrados de cobre e de estanho, cobre metálico, semi-acabados de aço, silício metálico e coque.

Os programas em execução e os projetos potenciais na área do Grande Carajás exigirão cerca de US$ 34 bilhões de investimentos, ao longo de um período que se estenderá por dez anos, devendo gerar receita superior a US$ 11 bilhões anuais. A exploração desse enorme potencial abre seguramente novos horizontes para o País.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Gradual eliminação das pressões inflacionárias, redução dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e manutenção de razoável ritmo de crescimento do produto e do emprego. Assim estão consubstanciadas as diretrizes que deverão nortear a economia brasileira em 1981.

Para viabilizá-las, permanecem prioritários, a exemplo do que tem ocorrido nos últimos dois anos, a agricultura, o setor energético e a exportação.

Tendo em vista que o alcance desses objetivos exige maior grau e amplitude de controle dos instrumentos de política econômica, o Governo pretende obter efetiva integração entre os orçamentos monetário e fiscal e o das empresas estatais.

Buscando reduzir as pressões sobre o Orçamento Monetário, foram incluídos no Orçamento da União os encargos referentes aos serviços da dívida pública interna, à cobertura dos dispêndios com os subsídios ao consumo, ainda não de todo elimináveis, e à dotação de recursos para atender aos programas governamentais de preços mínimos, estoques reguladores etc.

Estimou-se idêntica expansão de 50% para os meios de pagamento e para a base monetária; o mesmo deverá ocorrer em relação aos empréstimos, à exceção de algumas operações, tais como as realizadas com recursos captados no exterior e repasses oficiais, os créditos destinados a produtores

rurais de menor porte, os empréstimos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e os financiamentos de cunho eminentemente social do Banco Nacional da Habitação e da Caixa Econômica Federal.

Na área da política fiscal, foram tomadas várias medidas com o objetivo de ampliar a receita e, ao mesmo tempo, reduzir os dispêndios. Procurou-se reduzir as pressões exercidas pelo setor público, tanto no processo inflacionário como no endividamento externo do País.

Ante a necessidade de se recorrer ao crédito externo para minimizar o desequilíbrio do balanço de pagamentos, decidiu-se pela liberação das taxas de juros internas. Pretende-se promover efetiva redução dos subsídios diretos e indiretos, mediante a prática de preços mais realistas, na busca de uma efetiva economia de mercado.

No setor agropecuário, as medidas delineiam ampliação da assistência creditícia à agricultura, fundamentada em maior participação da rede bancária privada, sobretudo após a elevação de 15% para 20% do índice dos recursos obrigatoriamente destinados a financiamentos agrícolas. A elevação das taxas básicas de juros poderá induzir a reinversão de lucros no setor, diminuindo a demanda de financiamentos e tornando as aplicações mais seletivas.

No que tange ao setor exportador a meta é vender pelo menos US$ 25 bilhões em 1981. Serão canalizados incentivos, em especial o creditício, e merecerá especial atenção a exportação de produtos manufaturados das pequenas e médias empresas.
O decidido apoio concedido à área de exportação deve permitir, em contrapartida, a obtenção de melhores resultados na balança comercial e a correção dos desequilíbrios do balanço de pagamentos.

Dispondo de vasto potencial econômico, o Brasil está a caminho de contornar suas atuais dificuldades. Os desequilíbrios são momentâneos, pois os programas em implantação ou em fase de conclusão permitirão ao País superar seus percalços e alcançar estágio mais elevado de desenvolvimento, que busca com tanta obstinação.

Louça utilitária de Maragogipinho, centro oleiro do Nordeste - Bahia.

O ARTESANATO NO NORDESTE

Embora a divisão por regiões seja muito ampla, pois sabemos que as expressões culturais variam de município para município, poder-se-á apontar, seguindo as grandes linhas de técnicas extensivas como a olaria e o trançado, exemplos de artesanatos nordestinos dotados, a um tempo, de identidade e caráter de exemplaridade.
No Nordeste, vemos o trançado abranger desde implementos para a caça, a pesca e a agricultura até o equipamento doméstico, como esteiras para dormir, além de possibilitar a confecção de um item da indumentária essencial para o homem rural: o chapéu.
A olaria tem igualmente expressivo índice de ocorrência entre os artesanatos nordestinos. Encontramos em culturas e subculturas regionais e, muitas vezes, nos aglomerados urbanos e suas periferias, a produção de louça utilitária como a de Maragogipinho (BA), Moita Redonda (CE), ou a do figurado de Caruaru, de Tracunhaém (PE) e de Cachoeira (BA).
Entre os artesanatos da linha, em célere desaparecimento, observam-se as rendas de bilro ou de almofada e dos bordados de agulha, como o labirinto ou o crivo.
No Brasil, a técnica utilizada na renda de bilros, consolidada na Europa em fins do século XV, firmou-se de preferência, nos estados nordestinos do Ceará, Rio Grande do Norte, de Alagoas, Maranhão e em algumas regiões do sul do País, como Santa Catarina e até mesmo no Estado do Rio de Janeiro.
O homem do povo também possui uma visão de mundo onde arte e vida estão em permanente transfusão. No bumba-meu-boi, por exemplo, música, canto, dança, palavra se associam à cor e à forma para dar curso a uma única manifestação vital e criadora, a que os indivíduos se integram coletivamente.

Folha de flandres recortada e estampada a mão. Atributos de orixás do ritual do candomblé. [illegible]

Detalhe de figura de barro modelado a mão e cozido. Tracunhaém - Pernambuco.

"Couro" de bumba-meu-boi maranhense bordado a miçangas sobre veludo negro, que é por sua vez montado sobre armação de madeira. São Luís - Maranhão.

Pormenor floral de renda do Nordeste. Artesanato feminino em vias de desaparecimento.

Escultura de madeira, de Boaventura Silva Filho, dito "louco". Cachoeira - Bahia.

Boñecos de barro modelado a mão, seco ao sol e pintado com tintas à base de água, dos mestres Cândido e Armando Santos Xavier. Cachoeira - Bahia.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RESULTADO FINANCEIRO

O lucro líquido do exercício de 1980 foi de Cr$ 49.263,4 milhões, 221% superior ao de 1979, correspondente a um lucro por ação de Cr$ 1,68. Esse resultado corresponde a 16,3% das Receitas, enquanto em 1979 era apenas ligeiramente superior a 11%.

Contribuíram grandemente para essa performance as atividades internacionais, inclusive operações cambiais, já que o aumento das taxas de juros no País serviram, em sua maior parte, para contrabalançar os efeitos redituais das restrições creditícias do período. Também a limitação das ORTN ajudou a amortecer os efeitos negativos da correção monetária do *Patrimônio Líquido*.

As receitas operacionais cresceram 131% no período, tendo as despesas operacionais absorvido 64,6% de seu total. Essa absorção foi de 68,3% em 1979.

De outro lado, as despesas administrativas apresentaram modesto crescimento no exercício. Seu componente de maior relevância são os custos de pessoal, encargos sociais e assistência social.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS — 1980	Cr$ milhões
01. Receitas Operacionais	293.802
02. Despesas Operacionais	189.779
03. Resultado Operacional (1-2)	104.023
04. Receitas Não Operacionais	8.114
05. Despesas Não Operacionais	68
06. Resultado Não Operacional (4-5)	8.046
07. Resultado antes da correção monetária (3+6)	112.069
08. Resultado de correção monetária	(42.102)
09. Resultado antes do imposto de renda (7-8)	69.967
10. Provisão para imposto de renda	(20.704)
11. Lucro Líquido (9-10)	49.263
Lucro líquido por ação	Cr$ 1,68

Fonte: COGER

Pôde, então, o resultado operacional de 1980 exibir elevação de 157,7% quando no exercício anterior crescera apenas 46,8%.

As rendas desvinculadas da atividade principal da Empresa — receitas não operacionais — apresentaram decréscimo de 5% e continuam tendo pouco significado no contexto global das receitas. Também tiveram pouca expressão as despesas não operacionais, que acolhem as perdas na alienação de bens e investimentos, bem como outros custos atípicos. Assim, o resultado não operacional representou apenas 7,2% do resultado antes da correção monetária.

O saldo negativo da correção monetária situou-se em Cr$ 42,1 bilhões, bastante elevado, de vez que o Banco possui um *Patrimônio Líquido* muito superior ao *Ativo Permanente*. Embora esse valor tenha persistido negativo e crescente em termos absolutos, vem apresentando redução em termos relativos. Esse comportamento resulta da limitação da valorização das ORTN em 1980 e da redução do hiato relativo entre o *Patrimônio Líquido* e o *Ativo Permanente*, cuja relação situou-se em 2,28 neste exercício, quando em 1979 era de 2,55.

O Imposto de Renda provisionado foi de Cr$ 20,7 bilhões, correspondentes a praticamente 40% do lucro tributável do período.

Do resultado, foram ainda constituídas ou reforçadas as reservas: Legal (Cr$ 2.463,2 milhões), Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (Cr$ 985,3 milhões), Fundo para Prejuízos

Eventuais (Cr$ 1.477,9 milhões), para Contingências (Cr$ 2.040 milhões) e de Lucros a Realizar (Cr$ 12.010,5 milhões), como também foram reforçados os Lucros Acumulados.

Mantida a política de dividendos, que consiste em distribuir aos acionistas o lucro disponível — entendendo-se como tal a parcela que remanescer do lucro líquido após realizadas as necessárias destinações estatutárias — foram concedidos Cr$ 0,44 de dividendos e Cr$ 0,36 de bonificação em dinheiro.

O dividendo vem sendo semestralmente corrigido com base nos índices de variação das ORTN, enquanto que a bonificação em dinheiro vem flutuando em razão dos lucros. O total da distribuição aos acionistas montou a Cr$ 23,5 bilhões, 78% superior à de 1979.

APLICAÇÕES

No *Ativo* do Banco no País, o *Circulante* e *Realizável a Longo Prazo* representa a quase totalidade das aplicações (96,1%), enquanto o *Permanente* participa com apenas 3,9% do total. Com os ativos das dependências externas, esse total chega a Cr$ 3.421,6 bilhões, montante que coloca o banco em posição privilegiada entre os maiores do mundo.

Circulante e Realizável a Longo Prazo

O crescimento das *Disponibilidades*, longe de representar uma evolução do encaixe, decorreu da reclassificação contábil da rubrica "Banco Central, Reservas Bancárias em Espécie", determinada por aquele Banco, e antes classificada no subgrupo *Créditos Diversos*.

As *Operações de Crédito*, no montante de Cr$ 1.179,4 bilhões, tiveram sua participação diminuída de 48,1% para 44,6%, como reflexo da política contracionista adotada pelo Governo. A exceção ficou com o crédito rural, saldo de Cr$ 627 bilhões e acréscimo de 75,2%, em virtude da prioridade atribuída ao setor agrícola.

Conquanto os empréstimos tenham crescido 67,9%, *Créditos em Liquidação*, no valor de Cr$ 13,7 bilhões, aumentaram apenas 47,6% e representam pouco mais de 1% das *Operações de Crédito*. Mesmo assim, o Banco procurou reforçar a conta *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*, a fim de prevenir eventuais perdas.

Relações Interbancárias e Interdepartamentais apresentou queda em razão da maior agilização na correspondência desses lançamentos.

O subgrupo *Créditos Diversos*, agora 45,3% do total, registrou o maior crescimento (113,5%) entre os itens de valores mais expressivos. Destacam-se, nesse agrupamento de contas, as *Operações de Conta do Tesouro Nacional*, que se elevaram em 193,6%, não obstante a liquidação de obrigações no montante de Cr$ 110 bilhões, em 31.12.80. Ressalte-se ainda a expressiva elevação de *Outros Créditos em Moeda Nacional* (95,1%) e de *Outros Créditos em Moedas Estrangeiras* (130,4%). As contas agrupadas em *Créditos Diversos* incluem também os pagamentos de aquisição de trigo, adiantamentos sobre contratos de câmbio e repasses dos recursos do PASEP para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre outros.

De pequena representatividade no *Ativo* (0,2%), *Valores e Bens* teve sua expressão reduzida ainda mais no exercício, contribuindo para esse decréscimo, principalmente, *Títulos de Renda Fixa* e *Outros Valores e Bens*.

Permanente

Os Cr$ 102,7 bilhões do *Ativo Permanente* apresentaram expansão de 89% no ano. O maior impacto sobre esse grupo — Cr$ 28,2 bilhões — resultou da correção monetária, com base na variação das ORTN, aplicada sobre o saldo anterior. Além disso, recebe a contabilização da equivalência patrimonial das agências no exterior e das participações em empresas controladas.

ATIVO	1980 Cr$ milhões	1980 Composição (%)
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.537.748	96,1
Disponibilidades	49.718	1,9
Operações de Crédito	1.179.429	44,6
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	107.072	4,1
Créditos Diversos	1.195.987	45,3
Valores e Bens	4.956	0,2
Despesas de Exercício Futuro	586	0,0
PERMANENTE	102.674	3,9
Investimentos	56.413	2,1
Imobilizado	45.612	1,7
Diferido	649	0,1
TOTAL	2.640.422	100,0

Fonte: COGER

O *Imobilizado* vem acusando crescimento regular — 69,2% no ano — pela aquisição e construção de imóveis, principalmente para as agências, num esforço de oferecer instalações adequadas a clientes e funcionários. No *Diferido*, onde basicamente se inscrevem as benfeitorias em imóveis de terceiros para posterior amortização, houve elevação de 74,7% no exercício.

RECURSOS

Mais de dois e meio trilhões de cruzeiros são geridos pelo Banco na meta do desenvolvimento do País. Ao atingir Cr$ 2.640 bilhões, o *Passivo* registrou expansão de 80,7% em relação ao exercício anterior. Os recursos de terceiros — *Circulante e Exigível a Longo Prazo* — passaram a constituir 91,1% do total.

A estrutura do *Passivo* do Banco apresenta-se bem equilibrada: considerando os números representativos da atuação no País, observa-se que o *Circulante* representa 49,4% e o *Exigível a Longo Prazo* 41,7%. O *Patrimônio Líquido* se situa em quase 9%.

Circulante e Exigível a Longo Prazo

A quase totalidade dos Depósitos são à vista, pois somente a pequena parcela de Cr$ 0,9 bilhão integra a rubrica a prazo. Sobressaíram os depósitos de pessoas físicas e jurídicas, antes denominados populares e sem limite, respectivamente, que se elevaram a Cr$ 122,2 bilhões.

Os depósitos de instituições financeiras — Cr$ 20,8 bilhões — decresceram 57,6%, devido à implantação do sistema de "caixa única", que consiste na centralização, em Brasília, das contas de depósitos dessas entidades.

Analogamente ao que ocorreu no *Ativo*, os saldos credores de *Relações Interbancárias e Interdepartamentais*, mesmo com a intensificação do trânsito de recursos, apresentaram redução, em virtude de maior rapidez na correspondência desses lançamentos. Mesmo assim, *Cobrança Efetuada em Trânsito* evoluiu 152% no período.

Obrigações por Empréstimos — desdobrado em aprovisionamentos, repasses, refinanciamentos oficiais, fundos administrados pelo Banco e financiamentos contraídos no exterior — cresceu proporcionalmente mais que o total de recursos.

Obrigações por Recebimento de Tributos e Encargos Sociais declinou sua participação no todo de recursos, ao passo que *Outras Obrigações* assume cada vez maior importância, como fonte, sendo este último subgrupo de contas o que caracteriza o BB como banco de fomento e agente financeiro do Governo.

Patrimônio Líquido

O *Patrimônio Líquido* chegou ao final do ano com o significativo valor de Cr$ 234,5 bilhões — incremento de 69,4%, superior aos índices de variação das ORTN no período (50,8%) — o que coloca o Banco entre os estabelecimentos de crédito de maiores recursos próprios no mundo.

Através da *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido* — que vem sendo publicada para melhor informar a acionistas e ao público — é possível uma completa análise das modificações ocorridas.

O *Capital Social*, totalmente integralizado, está representado por 29.376.000.000 ações, sendo 16.470.368.400 ordinárias nominativas e 12.905.631.600 preferenciais ao portador. O crescimento de Cr$ 18.950,6 milhões deveu-se à capitalização de correção monetária referente a 1979 e de uma pequena parcela de *Lucros Acumulados*. A correção monetária do capital relativa a 1980 (Cr$ 29.831,6 milhões) será capitalizada na próxima Assembléia Geral Ordinária.

A evolução líquida das *Reservas*

PASSIVO	1980 Cr$ milhões	Composição (%)
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.405.955	91,1
Depósitos	434.419	16,5
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	76.523	2,9
Obrigações por Empréstimos	396.451	15,0
Obrigações por Recebimentos - Tributos e Encargos Sociais	19.211	0,7
Outras Obrigações	1.479.351	55,0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	234.467	8,9
Capital Social	58.752	2,2
Reservas de Capital	54.458	2,0
Reservas de Reavaliação	4.382	0,2
Reservas e Retenção de Lucros	44.025	1,7
Lucros Acumulados	72.850	2,8
TOTAL	2.640.422	100,0

Fonte: COGER

de Capital no exercício é resultante da correção monetária do saldo inicial e da correção monetária do capital. As *Reservas de Reavaliação* apresentaram crescimento de 56,3%, em função da correção monetária do seu saldo inicial e de ajustamentos nos saldos de igual reserva das sociedades controladas.

Nas *Reservas e Retenção de Lucros* e em *Lucros Acumulados* verificou-se incremento de Cr$ 56.281,4 milhões (92,9%), decorrente, além da correção monetária do saldo inicial, da retenção de resultados não realizados no período e de reforço promovido às *Reservas de Lucros* com base nos percentuais do *Lucro Líquido* previstos nos Estatutos. Ademais, neste exercício, foi constituída *Reserva para Contingências* no valor de Cr$ 2.040 milhões, destinada a compensar, em exercício futuro, possível insucesso na realização de direitos creditórios inerentes a operações especiais.

Em *Lucros Acumulados*, ocorreram ainda alguns ajustes de exercícios anteriores referentes à reversão de reservas e do excesso da Provisão para o Imposto de Renda, bem como ao recolhimento de FGTS e juros devidos ao Tesouro Nacional.

O Banco encerra o exercício com um valor patrimonial de Cr$ 7,98 por ação, o que representa uma evolução de 69,4% no ano, período em que as ORTN cresceram 50,8%.

Acrescente-se que, relativamente a 1980, foram ainda distribuídos aos acionistas Cr$ 0,80 por ação (Cr$ 0,32 no primeiro semestre), significando, portanto, uma remuneração em dinheiro de 17% sobre o Patrimônio ao início do ano, que é, na verdade, bem superior, uma vez que o preço da ação — tanto no início do ano, como no momento — está por quase metade de seu valor patrimonial.

AO ACIONISTA, A MELHOR DAS ATENÇÕES

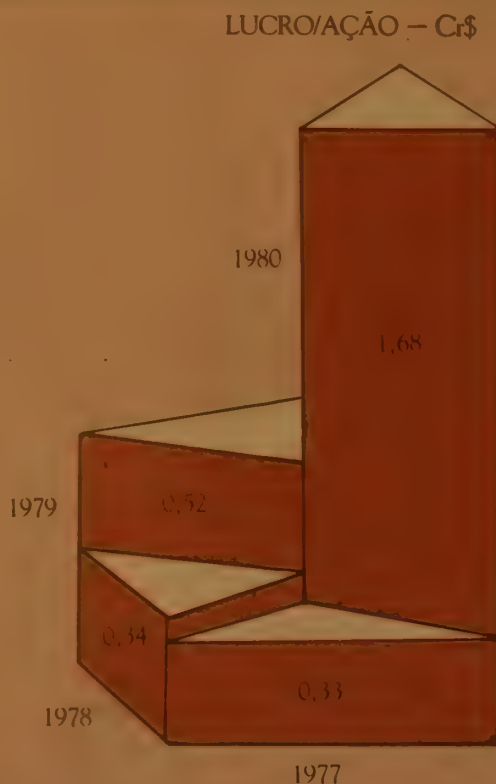
O Banco do Brasil, buscando consolidar o prestígio de suas ações no mercado e remunerar de forma adequada o capital investido pelos acionistas, planejou e desenvolveu programa de atividades que, uma vez mais, lhe permitiu obter resultados significativamente positivos.

Nos dois últimos anos, a rentabilidade das ações preferenciais atingiu 173% e a das ordinárias 208%, ultrapassando amplamente o crescimento do IBV no período (113%). Só em 1980, as preferenciais ao portador valorizaram 52% e as ordinárias 69%, enquanto o IBV não chegou aos 43%.

E a rentabilidade das ações do banco também apresenta resultado favorável quando comparada com a das ORTN: no período janeiro de 1979 a dezembro de 1980, as ORTN evoluíram 122% e, em 1980, 51%.

As performances positivas alcançadas serão consolidadas e ampliadas nas próximas distribuições de dividendos e bonificações em dinheiro, dentro da política de oferecer ao acionista o lucro disponível.

A posse de uma ação do BB, atualmente, representa a propriedade de Cr$ 7,98 do patrimônio da

Fonte: COGER

Empresa, uma vez que este é o seu valor patrimonial ao final do exercício. Isso sem contar que o Banco do Brasil mantém-se, sabidamente, conservador na avaliação de seu patrimônio.

Por outro lado, o lucro de Cr$ 1,68 por ação coloca os títulos do Banco entre os de mais baixo índice preço-lucro. Quem comprou ações preferenciais ao portador, ao final de 1978, já amortizou, somente com o recebimento dos dividendos, 79% do investimento praticamente em dois anos. Quem preferiu as ordinárias nominativas, amortizou ainda mais: 89%.

Para manter o investidor regularmente informado sobre o desempenho das ações do Banco, bem como das suas atividades, foi lançado em 1979, o Boletim de Informação ao Acionista, remetido trimestralmente aos portadores de ações nominativas. O BIA, ao promover maior integração entre a Empresa e o investidor, tem-se revelado importante veículo de informações ao mercado. Com isso, o acionista conhece, cada vez melhor, o Banco.

Agora, o Banco quer conhecer melhor os seus acionistas. Acaba de contratar com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) a realização de pesquisa para identificar o seu perfil e saber da imagem que fazem da Empresa.

Enquanto isso, o Banco não pára. Os serviços prestados aos acionistas vêm sendo aprimorados seguidamente. Hoje, os dividendos estão à sua disposição logo após a declaração do Conselho de Administração, através de crédito em conta corrente ou da remessa de cheque nominativo, pagável em qualquer agência do Banco no País

Brevemente, será implantada a Custódia Fungível para Ações ao Portador. O serviço compreende a guarda de cautelas; emissão de carnê (possibilitará a compra e venda de ações em qualquer tempo, bastando que o interessado se dirija a uma agência no País); remessa de extrato (indicando cotações, valor da aplicação etc.); crédito automático de dividendos e bonificações em dinheiro; e, ainda, débito do imposto de renda devido.

Artur Pereira, escultor animalista, esculpe em monoblocos de madeira cenas onde é freqüente a figura da onça. Cachoeira do Brumado - Minas Gerais.

O ARTESANATO NO SUDESTE

Como nas demais culturas e su[illegible] regionais, vamos encontrar aqui diversos níveis de atividade artesanal.
No Estado de São Paulo, por exemplo, há extraordinário figurado e louça utilitária de barro produzidos no Vale da Ribeira.
No Vale do Paraíba, começam a ser amplamente conhecidos os bonecos de barro feitos de início para a composição de presépios, no ciclo natalino, produzidos nas cidades de São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba.
De alta qualidade estética, a louça de barro do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que se escoa por eficiente sistema cooperativista, tanto é consumida pelas populações locais, como comercializada nos grandes centros urbanos.
Coexistem com a da olaria, na região sudeste, técnicas tradicionais do trançado com fibras vegetais, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, até hoje pouco difundidas e divulgadas.
Surgem também novos centros de tecelagem, como é o caso dos tapetes de fibra vegetal de Cachoeira do Brumado, em Minas Gerais.
A mudança social que se operou em certas áreas do Sudeste, com a passagem de uma economia pré-industrial para uma industrial, fez com que aparecessem, em centros maiores como Santos e Juiz de Fora, artífices como Antônio de Oliveira e Manuel Josete Molina, que construíram verdadeiras cidades de bonecos de madeira esculpidos a mão e movidos a eletricidade, hoje expostas em São Paulo e no Rio de Janeiro.
No Rio de Janeiro, é suficiente lembrar o carnaval, esse grande catalisador de manifestações criadoras do povo, que integra a música, o canto, a dança aos artesanatos das indumentárias, dos carros de desfile, das alegorias de mão das escolas de samba e dos blocos, envolvendo muitas vezes a confecção manual de instrumentos musicais.

Moringa antropomorfa, de barro modelado a mão, cozido e pintado com argila mais escura. Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais.

Carranca de proa de embarcação são-fran[illegible] conjurar os perigos nas viagens. Norte de [illegible]

Figurado de barro modelado à mão, cozido e pintado. Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais.

Tecelagem de tapetes de fibra vegetal. Atividade essencialmente feminina. Cachoeira do Brumado - Minas Gerais.

Figurado de barro procedente das cidades de Taubaté, Pindamonhangaba e outras vizinhas. São Paulo.

Geringonça, conjunto de bonecos esculpidos a mão e movidos a eletricidade, de Manoel Josete Molina. Santos - São Paulo.

ATUAÇÃO NO PAÍS

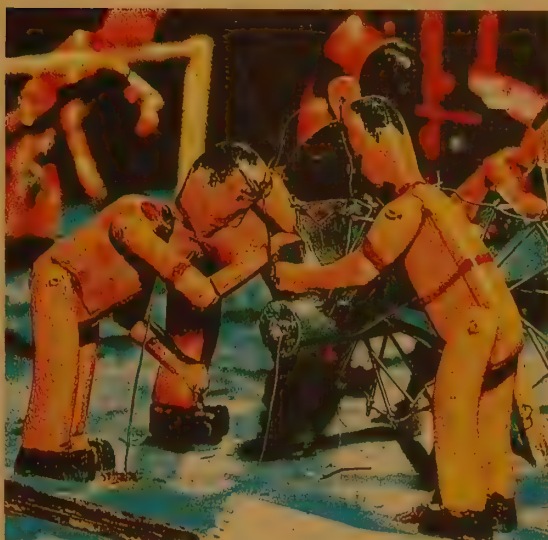
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Banco em 1980 foi mais uma vez marcada por estreito acompanhamento do desempenho de seus empréstimos, buscando o constante realinhamento das verbas de sorte a manter atendidas as necessidades prementes dos setores econômicos.

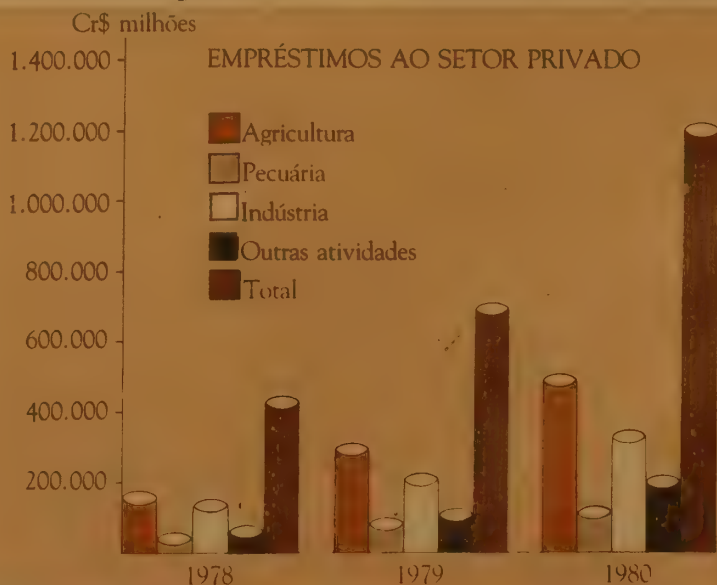
Em fevereiro, o Conselho Monetário Nacional fixou em 45% a taxa de expansão de crédito nas instituições financeiras, tendo em vista o objetivo governamental de reduzir a inflação e a necessidade de conciliar a expansão monetária e creditícia com a prefixação das correções monetária e cambial.

O Banco, que até então vinha trabalhando com uma programação provisória — com previsão de crescimento superior ao fixado no Orçamento Monetário —, adotou algumas medidas contracionistas a partir de março, perseguindo o alcance das metas estabelecidas pelas Autoridades Monetárias.

A despeito da contenção imposta à expansão dos empréstimos ao setor comercial e industrial — alternativa encontrada para assegurar a prioridade estabelecida para os setores agrícola, exportador e energético — as contas de custeio agrícola, do PROÁLCOOL e de estocagem de carne continuaram exercendo forte pressão.

No segundo semestre, persistiram as dificuldades de controle, notadamente a partir de outubro, em face do substancial crescimento da demanda no custeio agrícola, vinculada ao plantio das principais lavouras no País.

Ao final de 1980, o saldo dos empréstimos do Banco ao setor privado, segundo os critérios do Orçamento Monetário, somou Cr$ 1.211 bilhões, registrando expansão de 68%, em relação a dezembro de 1979. O Governo admitiu flexibilidade dos limites inicialmente fixados, para não impor sacrifícios maiores a atividades prioritárias.

Em 1981, o saldo das aplicações deverá crescer apenas 49,8%, estando prevista expansão de 50,3% nos empréstimos ao setor privado e de 28,5% ao setor público.

Permanece prioritária a assistência à agricultura, à produção de álcool combustível e às atividades ligadas à exportação. Dentre as rubricas que deverão apresentar incremento mais singificativo, destacam-se, no grupamento Normais: custeio agrícola (75,2%), CACEX (82,2%) e adiantamentos sobre contratos de câmbio (80,6%). No grupo Repasses e/ou Refinanciamentos do BACEN, sobressaem as contas do FINEX

Fonte: COGER Elaboração: DIPLA/COESE

(91,8%), PROÁLCOOL (79,8%) e as destinadas à incorporação de áreas para a produção de alimentos (PROENAGRI), com 116,8%.

AGROPECUÁRIA: PRIORIDADE NACIONAL

Promover o desenvolvimento rural, eis uma das mais relevantes tarefas do Banco do Brasil. Em consonância com as diretrizes governamentais, tem atuado no sentido de integrar novas áreas no processo produtivo, reduzir as desigualdades regionais, ampliar a participação do mini e pequeno produtor no crédito rural e estimular a cultura de produtos essenciais ao abastecimento interno e à formação de excedentes exportáveis. Acima de tudo, o Banco incentiva a melhoria do nível técnico da agricultura.

Com isso, além de propiciar a elevação do índice de produtividade, o Banco colabora com a política de combate à inflação, estimulando o produtor a buscar melhor retorno econômico dos capitais aplicados. No atual quadro de escassez, o direcionamento dos recursos proporcionou maior efeito redistributivo do crédito rural, mais raro de ocorrer em época de maior oferta dos empréstimos, quando se registra certa tendência de concentração.

Nesse sentido contribuíram, sem dúvida, a experiência, a sensibilidade e o conhecimento dos problemas e peculiaridades regionais. A ampla rede de dependências permitiu ao Banco atuar, praticamente, em todos os segmentos da agropecuária nacional. Ao final do exercício, apenas o saldo dos empréstimos à agricultura chegou a Cr$ 538,4 bilhões.

O pequeno produtor

A necessidade de se dirigir o crédito prioritariamente para custeio agrícola exigiu do Banco a adoção de rígidos critérios para a distribuição de seus recursos, de sorte que a assistência aos pequenos produtores nos demais itens orçamentários não viesse a sofrer solução de continuidade.

Diante disso, a participação dos produtores de baixa renda no total do crédito rural elevou-se acentuadamente, passando de 65% do número de contratos e 23% do valor total, em 1979, para 78% e 30%, respectivamente, em 1980.

Os Postos Avançados de Crédito Rural continuam influenciando decididamente na disseminação das aplicações agropecuárias. Localizados em pequenas comunidades, possibilitam acesso mais fácil e rápido do pequeno produtor ao crédito rural. Em 1980, foram assistidas 286 mil propriedades das 698 mil existentes em suas áreas de atuação.

Para chegar mais perto ainda dos pequenos produtores, o Banco criou as Unidades de Recebimento de Propostas, levando-lhes a orientação necessária para a realização de seus negócios. Essas unidades, características do papel pioneiro do Banco, funcionam em escolas, sindicatos rurais, prefeituras, associações de classe etc.

Cooperativismo: expansão com energia

O esforço realizado para o desenvolvimento da agropecuária inclui medidas de apoio ao cooperativismo, hoje uma força em expansão, notadamente nos estados do Sul e do Centro-Sul. Uma estrutura eficiente assiste mais de 90% da produção nacional de trigo, 80% da soja, 85% da lã, 52% do leite, cerca de 40% do abate de bovinos no Rio Grande do Sul e 36% da produção de uvas.

Vê-se agora o cooperativismo diante de novo desafio: contribuir para atenuar o problema energético brasileiro. Nessa tarefa, a associação de produtores engaja-se perfeitamente, tanto por aumentar a acumulação de capital nacional no setor, como por permitir a integração de pequenos produtores, que de outra forma ficariam à margem das oportunidades oferecidas pelos programas acionados pelo Governo.

A evolução da assistência prestada pelo Banco às cooperativas nos últimos cinco anos apresenta números bastante significativos. Em 1980, o saldo dos empréstimos apresentou acréscimo superior a 100% em relação ao registrado em dezembro de 1979.

Em busca do aumento da produtividade

Procurando estimular a melhoria do desempenho do setor rural, o Banco resolveu instituir o Prêmio ao Aumento da Produtividade. A medida contempla inicialmente as lavouras de algodão, amendoim, arroz, batata, feijão, mandioca, milho, soja e trigo, consideradas prioritárias para o abastecimento interno.

O prêmio corresponde a 1% da parcela utilizada no financiamento da lavoura sob orientação técnica e será concedido aos integrantes do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), sem qualquer ônus para o produtor. As condições: realização de visitas bimestrais ao imóvel; prestação de assistência técnica desde a definição da área a ser plantada até a venda da colheita; e atingimento da produtividade prevista no projeto, que não pode ser inferior à máxima já obtida pelo produtor ou à média regional global, não computados os anos de frustração.

Embora a assistência técnica

direta ao produtor seja prestada por entidades convenentes, ligadas ao SIBRATER, o Banco sentiu também a necessidade de instituir e aperfeiçoar os instrumentos internos nessa área, buscando melhor aferir a viabilidade das propostas e dos planos globais, setoriais e regionais, de modo que o crédito seja mais eficaz para alcançar os objetivos governamentais.

O Sistema de Assessoramento Técnico a Nível de Carteira implementado pelo Banco é fruto dessas preocupações. São suas finalidades: estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente dos pequenos e médios; e incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

Ao integrar o crédito à assistência técnica, o Banco procura eliminar as distorções causadas por métodos empíricos ainda empregados no meio rural. Para o atendimento das necessidades do programa, o Banco já está admitindo 900 técnicos, entre agrônomos, veterinários e zootecnistas.

Programas especiais de fomento

O Banco do Brasil participa ativamente da formulação e execução de programas do Governo Federal que buscam atenuar os problemas existentes no setor rural, notadamente os que dizem respeito aos produtores de baixa renda e os das regiões mais carentes do País. Daí a especial atenção concedida ao Norte e Nordeste.

Além das linhas normais de crédito, o Banco utilizou no exercício recursos oriundos de diversos programas especiais, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Fundamentalmente, o Programa está voltado para a

modernização de propriedades e empreendimentos agropecuários, inclusive da pesca, mediante a introdução de benfeitorias, instalações e técnicas capazes de contribuir para a elevação da produtividade e o melhor aproveitamento das potencialidades regionais. O saldo das aplicações do PROTERRA em dezembro de 1980 chegou a Cr$ 46 bilhões, com incremento de 35% em relação a 1979.

Atualmente, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO) é o mais importante beneficiário da política de crédito rural, pela sua característica de propiciar às pequenas unidades agrícolas do semi-árido nordestino condições de se tornarem menos vulneráveis aos efeitos da estiagem.

Sua execução em 1980 exigiu recursos em níveis bem superiores aos programados: o saldo das aplicações desse projeto atingiu Cr$ 1,1 bilhão em dezembro de 1980, incremento de 97% sobre a posição de dezembro de 1979.

Caracterizado pela atuação integrada de vários órgãos oficiais, nacionais e internacionais, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) apóia basicamente o pequeno produtor, articulando o seu desenvolvimento individual com a expansão da infra-estrutura econômica e social de cada sub-região.

O saldo dos empréstimos ao amparo do POLONORDESTE experimentou crescimento em torno de 100% no último exercício, atingindo Cr$ 2,3 bilhões em dezembro de 1980.

Evidenciando o firme propósito do Governo de incentivar a produção de alimentos no País, o Conselho Monetário Nacional aprovou a concessão de créditos especiais destinados a proporcionar a incorporação de novas áreas ao processo agrícola.

A nova linha de crédito (PROENAGRI) abrange exclusivamente os trabalhos de desbravamento e concentra-se, inicialmente, nos estados onde ainda existem grandes extensões de terras disponíveis, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Apesar de ter entrado em vigor no terceiro trimestre, o PROENAGRI condedeu recursos, só no Banco, da ordem de Cr$ 3,4 bilhões, propiciando a incorporação de novas áreas de lavouras de produtos básicos.

Com sua longa experiência no trato dos problemas rurais, o Banco tem sido chamado a participar de planos e metas estaduais de inegável importância para o desenvolvimento da agropecuária.

Cabe destaque ao Programa de Aproveitamento de Várzeas

(PROVÁRZEAS), que visa oferecer aos agropecuaristas condições de aproveitamento racional do solo e da água através de implantação de projetos de irrigação e/ou drenagem a nível de propriedade rural.

A gradativa extensão desse programa ao âmbito nacional resulta da experiência bem sucedida em Minas Gerais, onde o PROVÁRZEAS propiciou a incorporação de mais de 10 mil hectares, com rendimentos superiores aos tradicionais. Busca-se agora o aproveitamento de 30 milhões de hectares, em grande parte localizados na Amazônia, destinados sobretudo à produção de arroz, milho, feijão e hortigranjeiros.

Desempenho das lavouras

Após um período de lenta evolução, que se acentuou pela quebra de produção nos últimos anos, a agricultura ressurge com expressiva força, permitindo antever a retomada de sua posição histórica de suporte da economia nacional.

Os números da safra colhida em 1980, que pode ser considerada como marco da nova fase da agricultura brasileira, atestam que o produtor vem respondendo positivamente ao apelo governamental para o aumento da produção. Espera-se para os próximos anos não só a normalização do abastecimento interno, como a formação de excedentes exportáveis, contribuindo, assim, para a redução do surto inflacionário e o superávit da balança comercial.

ARROZ

A produção de arroz alcançou 9,7 milhões de toneladas, com aumento de 28,4% em relação à obtida no ano anterior. A área colhida chegou a 6,2 milhões de hectares (+ 14,1%), registrando-se as expansões mais significativas em Goiás e no Mato Grosso.

O saldo das aplicações nessa lavoura atingiu Cr$ 38,7 bilhões, 121% superior ao do ano anterior. O volume de aplicações no segundo semestre de 1980 — incluindo uma parcela adicional em condições mais favoráveis, destinada à incorporação de novas áreas — prenuncia resultados igualmente satisfatórios para a próxima safra.

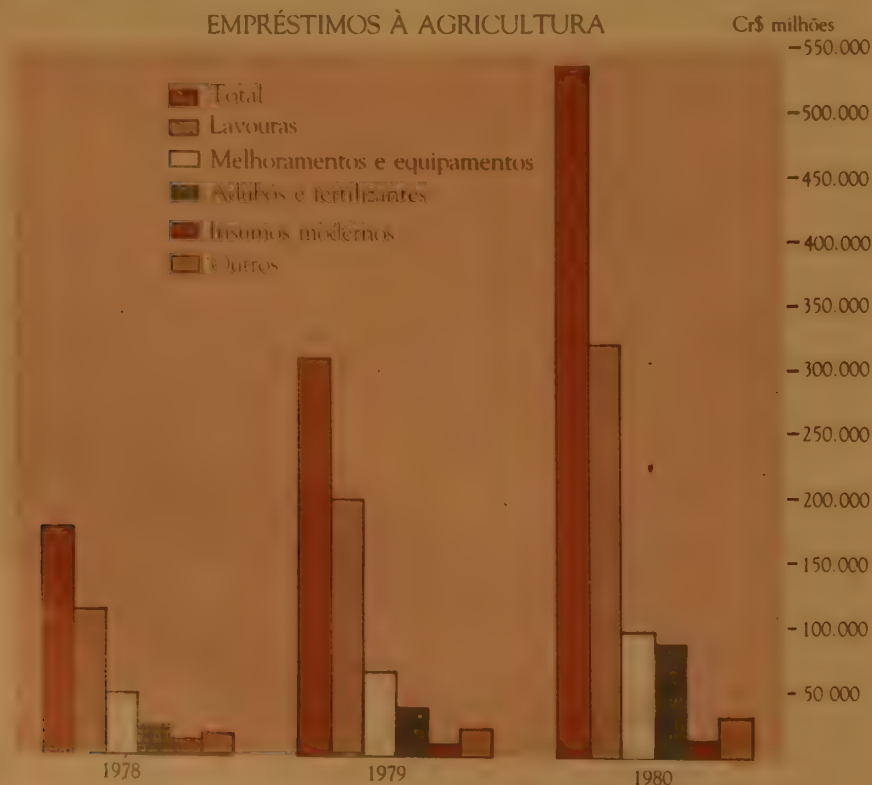
FEIJÃO

Apesar das medidas para incentivar o aumento da produção — simplificação do processamento dos contratos, facilidade de crédito e taxas de juros favorecidas —, o feijão foi mais uma vez prejudicado pela quebra na safra.

No final do ano agrícola, colheram-se apenas 4,6 milhões de hectares, que produziram 2 milhões de toneladas, contra uma estimativa inicial de 2,7 milhões de toneladas. Comparando-se os níveis de produção dos últimos dez anos, a safra de 1980 apresentou decréscimo de 26% sobre a maior obtida (2,7 milhões de toneladas em 1971) e um aumento de 11% em relação à menor (1,8 milhão de toneladas em 1976).

O total de empréstimos do Banco registrado no final do ano para esse produto (Cr$ 10,9 bilhões) foi 188,7% maior do que no ano anterior. Consideradas as principais lavouras

EMPRÉSTIMOS À AGRICULTURA

Cr$ milhões

Fonte: COGER Elaboração: DIPLA/COESE

assistidas pelo Banco, a expansão do saldo de aplicações desse produto só foi inferior à apresentada pela lavoura da mandioca.

MANDIOCA

A produção nacional da mandioca não tem apresentado grandes oscilações nos últimos dez anos, situando-se na faixa de 25 milhões de toneladas anuais. Nesse período, a maior produção ocorreu em 1971, com 30,2 milhões de toneladas. Em 1980, a colheita atingiu 24 milhões de toneladas, quase 4% a menos que no ano anterior.

Resultados mais expressivos estão previstos para os próximos anos, em função dos projetos em andamento para a produção de álcool combustível. O PROÁLCOOL estabeleceu prioridades na concessão de empréstimos para essa lavoura, como forma de reduzir a concentração de recursos e fortalecer regiões menos privilegiadas.

A mandioca foi a cultura que obteve a maior expansão de recursos do Banco no exercício: 241%. O saldo dos empréstimos evoluiu de Cr$ 2,4 bilhões em 1979 para Cr$ 8,2 bilhões em 1980.

CANA-DE-AÇÚCAR

Depois de um longo período de baixas cotações no mercado internacional, o açúcar voltou a ser destaque. Muito contribuiu para a reativação do setor a mudança ocorrida no mercado, devido à utilização da cana-de-açúcar na fabricação de álcool combustível.

A produção de 1980 (146,3 milhões de toneladas) constituiu recorde absoluto na história da gramínea e representou um acréscimo de 5% sobre a safra anterior. O total da área colhida alcançou 2,6 milhões de hectares, com incremento de 3,6% sobre o ano anterior, sobretudo devido aos expressivos aumentos de área verificados em São Paulo e Alagoas.

A assistência do Banco a essa cultura atingiu Cr$ 26,7 bilhões, expansão de 68% em relação a 1979.

OUTROS DESTAQUES

O milho e a soja, ambos com grande peso no cômputo do produto real da agricultura, foram duas culturas que igualmente apresentaram expressivos aumentos de produção.

O milho, com apenas 3% de aumento na área plantada, obteve uma produção recorde de 20,4 milhões de toneladas, 25% superior à obtida em 1979.

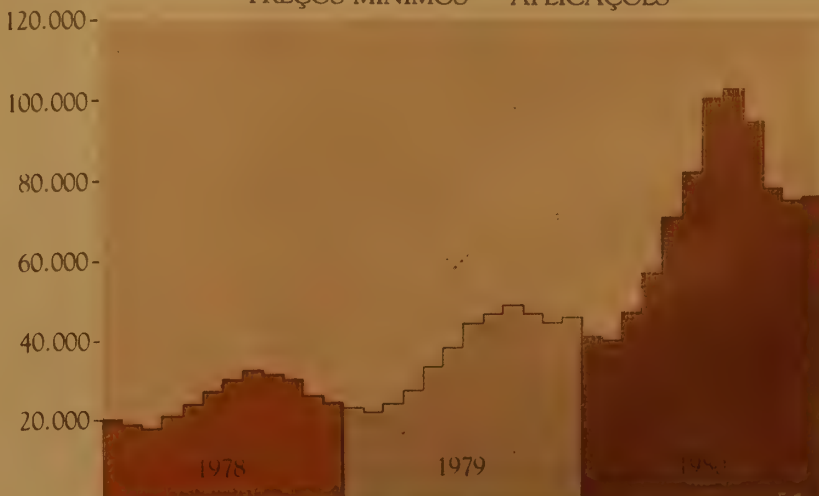
A produção de soja (15,2 milhões de toneladas) também foi recorde, embora o aumento de 48% tenha sido influenciado, em parte, pela pequena safra de 1979. Ainda assim, o resultado foi positivo, pois ultrapassou em 21% a produção de 1977, até então a maior.

Em 1980, a assistência acumulada a esses dois produtos atingiu Cr$ 64 bilhões, despontando o aumento observado no saldo dos empréstimos ao milho (+ 154%).

Política de Preços Mínimos

Apesar do comportamento altista de diversos produtos amparados pela Política de Preços Mínimos, foram realizadas, em 1980, 30.000 operações de empréstimos, no total de Cr$ 75 bilhões, envolvendo 13,4 milhões de toneladas de grãos. Essa posição representa incrementos de 93% sobre o número de mutuários atendidos no exercício anterior e de 161% sobre o valor. Principais produtos assistidos: soja, com participação de 35,9%; arroz, 23,8% e algodão, 14,8%.

Nas operações de aquisição por conta do Governo Federal, o Banco atuou também através de postos volantes, com o objetivo de viabilizar compras de produtos em regiões carentes de armazenagem e transporte.

Para suprir e regular a oferta de arroz nos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Banco participou de um programa especial de aquisições do produto beneficiado. As 40.000 toneladas adquiridas no Rio Grande do

Fonte: COGER Elaboração: DIPLA/COESE

Sul foram deslocadas para as mencionadas praças, onde eram vendidas nos pregões das Bolsas de Mercadorias.

Operações semelhantes foram desenvolvidas em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, com aquisição de 15.000 toneladas de arroz em casca. Posteriormente, o produto, já beneficiado, foi enviado ao Nordeste.

Ainda dentro da política de abastecimento, desponta o trabalho desenvolvido por 180 agências do Banco, na movimentação e venda de 1 milhão de toneladas de milho, importadas pelo Governo. As operações objetivaram assegurar o suprimento às indústrias de ração e aos criadores, notadamente de aves e suínos.

O Banco atuou também em programa voltado especificamente para o amparo aos produtores de baixa renda, visando disseminar a Política de Preços Mínimos, com a concessão de recursos da ordem de Cr$ 1,5 bilhão, através de 500 financiamentos a 268 cooperativas em todo o País.

O bônus colheita — instituído em março de 1980, com a finalidade de propiciar aos produtores rurais e suas cooperativas recursos adicionais para a preparação, acondicionamento, transporte e colocação dos produtos em condições de serem comercializados — também contou com a participação do Banco. Nesses financiamentos foram aplicados Cr$ 8,3 bilhões.

Pecuária

Durante o ano de 1980, o saldo dos empréstimos (Cr$ 120,6 bilhões) concedidos à pecuária caracterizou-se por discreta expansão (39,4%), sobretudo quando comparada ao incremento dos recursos destinados às lavouras.

A assistência à bovinocultura registrou, ao final do exercício, saldo de Cr$ 36,3 bilhões, com incremento de 18% em relação à posição de 1979. O saldo das aplicações destinadas à produção de leite situou-se em Cr$ 12,9 bilhões, expansão de 44,8% no período.

Apesar da pequena expansão desses empréstimos, o Governo adotou algumas medidas de apoio à recomposição do rebanho nacional, seriamente comprometido pelo abate indiscriminado de matrizes ocorrido no triênio 1975/77.

Assim, foram majorados os preços básicos em financiamentos de bovinos, bubalinos, ovinos, suínos, eqüinos e asininos, aproximando-os dos vigentes no mercado, além de atualizar o preço-teto para custeio da produção animal.

O direcionamento das prioridades para as atividades de resposta mais rápida aos estímulos do crédito também foi observado dentro do próprio setor pecuário, pois o segmento de animais de pequeno porte — reduto de produtores de baixa renda — obteve favorável expansão de recursos.

No apoio à pecuária de pequeno porte, destacaram-se os saldos dos empréstimos à suinocultura (Cr$ 9,3 bilhões) e avicultura (Cr$ 10,9 bilhões), que registraram evolução de 160,7% e 143,5%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

O item melhoramentos e equipamentos, que absorve mais de 38% da assistência pecuária, chegou ao final do exercício com o saldo de Cr$ 46,3 bilhões.

Como de praxe, o Banco esteve presente nas exposições-feira, realizadas no ano em todo o território nacional. Foram efetivadas, nesses eventos, operações envolvendo recursos da ordem de Cr$ 780 milhões, o que possibilitou a negociação de 31 mil animais.

INDÚSTRIA: CRESCIMENTO SELETIVO

O moderado crescimento das aplicações do Banco ao setor secundário decorreu da necessidade de se carrear maior volume de recursos para o desenvolvimento do setor primário e da limitação no total dos empréstimos estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Ao final de 1980, o saldo dos empréstimos à produção industrial alcançou Cr$ 255,3 bilhões (21% dos financiamentos ao setor privado), registrando uma expansão de 72% sobre o ano anterior.

Diante da escassez de recursos, as verbas foram alocadas preferentemente nas atividades vinculadas a: substituição de importações, incremento das exportações, fornecimento de insumos ao setor agropecuário, absorção de matéria-prima de origem rural e beneficiamento de produtos alimentares.

Presente essa orientação, o Banco tem procurado estabelecer condições favorecidas para empreendimentos que promovam a desconcentração industrial, distribuindo suas aplicações de forma a beneficiar regiões menos desenvolvidas e centros menores, além de assegurar-lhes maior participação relativa nos recursos de custo mais baixo.

Apoio integrado às pequenas e médias empresas

Isso explica, em parte, o empenho do Banco em garantir às pequenas e médias empresas crescente participação nos empréstimos e, principalmente, oferecer-lhes uma assistência que transcenda ao amparo meramente financeiro.

Na área industrial, por exemplo, 31% das aplicações foram destinadas a pequenas e médias empresas, representando mais do triplo da limitação mínima prevista na Resolução n.º 388, do Banco Central.

Adicionalmente, com a implantação da primeira etapa do Sistema de Apoio Integrado às Pequenas e Médias Empresas, o Banco vem aprimorando seus critérios de aporte de recursos, o que por certo resultará no aumento da produtividade do crédito, pela racionalização da sua concessão e do seu uso.

O Sistema — que se propõe a identificar as causas reais e analisar a efetiva necessidade de recursos financeiros — baseia-se, fundamentalmente, na concessão de crédito conjugada com a prestação de assistência técnica nas áreas de gerência, de produção, de mercado e fiscal.

Quando o exame preliminar da empresa indicar a necessidade de assistência técnica, será acionada a assessoria a nível de empresa, que consiste na prestação de assistência direta à empresa-cliente por entidades especializadas.

Já estão credenciadas 24 instituições de assistência técnico-gerencial sem fins lucrativos. O centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), através de seus agentes e órgãos filiados, constitui o núcleo dessa assistência. O Sistema conta, ainda, com universidades e entidades de classe, de cuja participação decisiva e intensa também dependerá o sucesso do apoio a ser prestado.

Indústria Extrativa Mineral

O saldo das aplicações do Banco na produção da indústria extrativa mineral atingiu Cr$ 3,9 bilhões, elevando sua participação nos empréstimos à produção industrial de 0,9% em 1979 para 1,5% em 1980.

O substancial crescimento dos recursos (192%) alocados àquele segmento coincidiu com apreciável incremento registrado na produção do setor em 1980.

A ênfase dada pelo Governo à produção mineral, com vista ao equilíbrio da balança comerçial, deverá apresentar reflexos ainda mais positivos a partir dos próximos anos, principalmente em decorrência dos grandes projetos que estão sendo implantados na área de influência da serra de Carajás.

O complexo Amazônia oriental, conhecido como Projeto Grande Carajás, abrange a prospecção, a extração e a industrialização preliminar de extensas jazidas minerais, além do desenvolvimento agropecuário integrado da região. O complexo, quando em pleno funcionamento, possibilitará exportações de apreciáveis quantidades de minério de ferro, alumina, alumínio, cobre, manganês, níquel etc. Só em minério de ferro, área onde o projeto está em fase mais adiantada, estão previstas exportações de 35 milhões de toneladas, a partir de 1985.

Indústria de Transformação

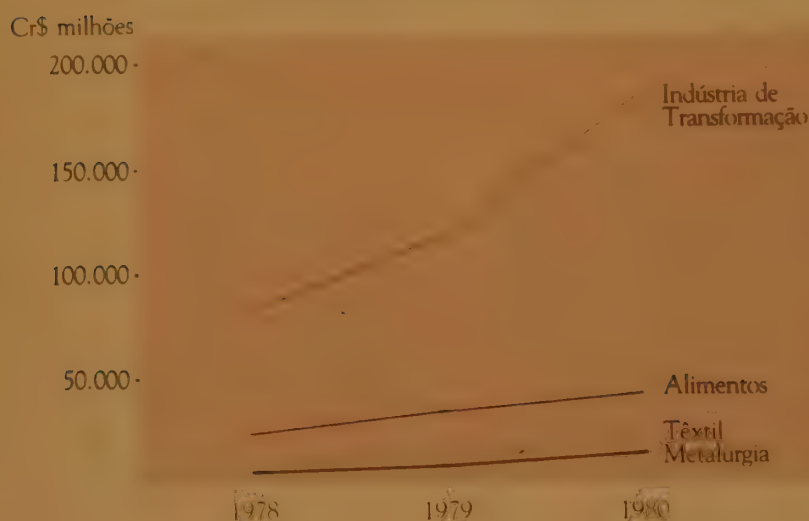
O crescimento da produção física da indústria de transformação foi excelente, sobretudo se consideradas as atuais dificuldades por que passa a maioria dos países.

No comércio exterior, a venda de produtos industrializados ultrapassou os US$ 11 bilhões, evidenciando a manutenção da excelente performance dos últimos anos — crescimento superior a 30% ao ano.

O saldo dos empréstimos à produção da indústria de transformação totalizou Cr$ 185,4 bilhões, em 1980, representando 73% do total dos recursos destinados à produção industrial. Os segmentos mais beneficiados foram: de produtos alimentares, têxtil e metalúrgico, responsáveis por quase 45% da assistência ao setor de transformação.

PRODUTOS ALIMENTARES

Na indústria de produtos alimentares, de grande importância para a criação de empregos e geração de produtos de consumo popular, o saldo

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Fonte: COGER Elaboração: DIPLA/COESE

dos empréstimos do Banco atingiu Cr$ 42,3 bilhões. Embora a evolução das aplicações tenha sido menor neste exercício, o segmento alimentício continua a deter a maior parcela (22,8%) dos recursos dirigidos à indústria de transformação.

As vendas externas deste segmento, em 1980, continuaram em ascensão, destacando-se o óleo de soja, açúcar cristal, açúcar refinado, café industrializado e carne de frangos.

TÊXTIL

O ramo têxtil é tradicionalmente um dos mais assistidos pelo Banco. Este ano, com a razoável expansão do saldo das aplicações — passou de Cr$ 14 bilhões em 1979 para Cr$ 23,4 bilhões em 1980 —, o setor recebeu 12,6% dos recursos aplicados na indústria de transformação.

Em 1980, a produção física manteve a tendência expansionista, como resultado em boa parte do melhor aproveitamento da capacidade instalada, pois as indústrias do ramo vêm diminuindo o ritmo das inversões fixas.

A meta de venda ao exterior de US$ 1 bilhão não pôde ser alcançada devido à retração do mercado internacional e à instabilidade das economias dos países desenvolvidos. Com isso, as exportações somaram cerca de US$ 850 milhões, incremento de 13% sobre o ano anterior.

MECÂNICA

A despeito do menor crescimento de alguns segmentos de bens sob encomenda, a produção da indústria mecânica apresentou bom desempenho. De país essencialmente importador, o Brasil passou a fabricar máquinas e equipamentos de avançada tecnologia. Hoje, as indústrias de base — siderúrgicas, petroquímicas, hidrelétricas — adquirem grande parte de seus equipamentos no País.

As exportações também se mantiveram elevadas em 1980. Só o item máquinas, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos registrou vendas superiores a US$ 900 milhões, cerca de 8% das exportações de manufaturados. América Latina e África despontam como compradores bastante promissores. Apenas o primeiro representa potencial de mercado de cerca de US$ 8 bilhões.

As aplicações do Banco no setor cresceram 50%, elevando o saldo a Cr$ 4,8 bilhões, o que confere a este ramo uma participação de 2,6% nos empréstimos à indústria de transformação.

MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

O saldo de empréstimos às indústrias de material elétrico e de comunicações registrou a moderada expansão de 37%. O volume acumulado de recursos evoluiu de Cr$ 1,4 para quase Cr$ 2 bilhões.

A produção de alguns segmentos apresentou bom desempenho, como o de aparelhos eletro-eletrônicos de uso doméstico. Merece destaque especial o esforço desenvolvido no processo de substituição de importações na área de informática, que redundou no surgimento dos primeiros minicomputadores de fabricação nacional.

As vendas externas de máquinas e aparelhos elétricos, seus pertences e acessórios, terceiro item em importância na pauta de manufaturados, já chegam a quase US$ 500 milhões, incremento de 30% em relação ao ano anterior.

MATERIAL DE TRANSPORTE

Os empréstimos do Banco ao setor de material de transporte

apresentaram saldo de Cr$ 3,6 bilhões, com incremento de 72% sobre o saldo de 1979.

A produção do setor de material de transporte registrou pequena expansão, sobretudo devido ao fraco desempenho dos segmentos de autoveículos e de material ferroviário.

A indústria automobilística nacional produziu 1.165 mil unidades, cerca de 37 mil a mais do que em 1979. A produção de veículos a gasolina e a diesel ficou em torno de 911 mil unidades, enquanto a de veículos a álcool — impulsionada pelas facilidades de financiamento, menor preço do combustível e taxa rodoviária mais baixa — alcançou 254 mil unidades. Não obstante a retração interna, a indústria automobilística exportou 150 mil unidades, 42% superior às vendas de 1979.

A indústria naval produziu 1,2 milhão de tpb, mostrando decréscimo de 14%, em relação a 1979. O Brasil tem hoje capacidade instalada para mais de dois milhões de tpb, com índice de nacionalização próximo de 90%. As exportações deste segmento apresentaram declínio em 1980, ficando bem abaixo dos US$ 150 milhões alcançados no ano anterior.

O melhor desempenho do setor fica por conta da indústria aeronáutica, que vem acumulando sucessivos feitos.

A Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), que em apenas dez anos chegou à sexta posição entre as empresas fabricantes de aviões de 22 países, atingiu uma capacidade instalada para 500 aeronaves/ano, desde os modelos destinados a treinamento primário de pilotos, aparelhos agrícolas e de passageiros para linha de terceiro nível, até modelos adaptados para serviços de patrulha, busca, salvamento e outros fins militares.

Em 1980, além de aumentar sua produção e as exportações (mais de US$ 100 milhões) em 50%, a EMBRAER venceu concorrência para venda de 41 unidades do modelo Xingu para a França, firmou acordo de cooperação, com empresas italianas, para produzir um caça tático de interceptação e lançou o protótipo do EMB-312, o primeiro turboélice do mundo especialmente projetado para treinamento militar.

Programa Nacional do Álcool

A instituição do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975, coincidiu com fase de excesso de oferta do açúcar no mercado internacional e de bruscas quedas em seus preços. Não obstante, a crise energética mundial transformou o PROÁLCOOL num dos mais importantes programas brasileiros, seja pelo volume de recursos envolvidos, seja pelo valor estratégico na elevação da oferta de combustíveis líquidos. Este ano, a produção de álcool combustível alcançou 4,1 bilhões de litros, superando em 10% o volume inicialmente previsto.

A amplitude e complexidade do Programa, a necessidade de ação sincronizada dos órgãos envolvidos, a limitação de recursos e o interesse nacional, todas essas variáveis fazem com que o PROÁLCOOL requeira eficaz gerenciamento de esforços para que se otimizem seus resultados.

Na área industrial, o Banco se empenha no financiamento da execução de projetos para produção de álcool carburante ou industrial, através de instalação de novas destilarias, modernização e/ou ampliação de destilarias existentes e instalação, modernização e ampliação de

PROÁLCOOL
Projetos industriais desde o início do programa (apresentados ao Banco do Brasil)

Especificação	Quantidade e Valor do Financiamento						Capacidade de Produção (1.000 [illegible]) (*)
	Até Dez/78		Até Dez/79		Até Dez/80		
	Quantidade	Cr$ milhões	Quantidade	Cr$ milhões	Quantidade	Cr$ milhões	
TOTAL	106	6.840	166	7.797	220	[illegible]	[illegible]
Contratados	76	5.865	108	6.955	166	[illegible]	25.545
A contratar	10	975	9	842	9	[illegible]	1.260
Em exame	20	—	49	—	[illegible]	[illegible]	—
SALDO DAS APLICAÇÕES	—	5.151	—	8.136	—	20.821	—

(*) Ao término da implantação dos projetos

Fonte: DENAI/DIAPI e COGER Elaboração: DIPLA/COESE

tancagem.

O Banco já financiou 166 projetos de destilarias de álcool, com dispêndio de Cr$ 28,7 bilhões, e estão aprovados outros nove, no valor de Cr$ 3,4 bilhões. Após implantados, esses 175 projetos proporcionarão 24,8 milhões de litros diários ou quase 4,5 bilhões de litros/ano.

Em termos de participação, o Banco é responsável por 72% do número total de projetos do PROÁLCOOL, envolvendo 78,3% da produção esperada.

Esse esforço se complementa na condução das operações rurais, onde o Banco estimula a ampliação da produção de matéria-prima energética e a utilização de fontes alternativas domésticas na própria agricultura. Até 1980, as aplicações rurais do PROÁLCOOL destinadas à produção de matéria-prima acumularam saldo de Cr$ 11,7 bilhões.

SETOR TERCIÁRIO: DISSEMINANDO A RIQUEZA

Em 1980, o Banco procurou caracterizar a assistência ao setor terciário pelo direcionamento de suas aplicações principalmente às empresas de menor porte. Com isso, visou atenuar os reflexos da menor disponibilidade dos recursos, buscando obter a melhor eficácia em sua alocação dentro de suas funções de agente do desenvolvimento econômico brasileiro.

O saldo dos empréstimos ao setor terciário privado evoluiu de Cr$ 228,8 bilhões para Cr$ 343,8 bilhões, entre dezembro de 1979 e 1980, com expansão de 50%.

Os empréstimos ao comércio alcançaram, no final de 1980, Cr$ 129,6 bilhões, assim distribuídos: comércio de produtos agrícolas, Cr$ 46,6 bilhões; de produtos de origem animal, Cr$ 400 milhões; e de produtos industriais, Cr$ 82,6 bilhões. Neste último, sobressaem os recursos destinados aos ramos de produtos alimentares, de material de transporte, de material elétrico e de comunicações e mecânico, com 37% do grupamento.

Já os empréstimos para outras atividades mantiveram o ritmo de expansão observado em 1979, registrando saldo de Cr$ 214,2 bilhões, ou 87,2% de incremento, sobretudo em virtude do aumento dos recursos vinculados à exportação.

Na distribuição desses créditos, são mais representativos os seguintes segmentos: Operações de Ordem e Conta do BACEN; Outras Empresas ou Entidades, aí incluídas operações com a COBAL; Cheque-Ouro; Construção Civil e Programa de Crédito Educativo.

Como principal instrumento de captação de recursos, o plano Cheque-Ouro encerrou o ano de 1980 com mais de um milhão de contratos, propiciando depósitos que atingiram a média diária de Cr$ 40 bilhões, montante comparado aos depósitos do sétimo banco do Sistema Financeiro Nacional. A média diária dos saldos devedores chegou a Cr$ 12,7 bilhões em torno de 1/3 dos depósitos.

As aplicações do Programa de Crédito Educativo, destinado a facilitar o acesso à universidade das pessoas de menor renda, ampliando sua perspectiva de ascensão no mercado de trabalho, atingiram no exercício Cr$ 6,9 bilhões, superiores em 40,6% aos saldos observados em dezembro de 1979.

Desde o seu engajamento no Programa em 1976, o Banco vem assistindo cerca de 200.000 estudantes. Somente no ano corrente, os contratos aditados envolveram renovação de assistência no valor de Cr$ 1,5 bilhão: Cr$ 700 milhões destinados à manutenção e Cr$ 800 milhões para pagamento de anuidades.

A política de estoques reguladores adotada pelo País constitui instrumento relevante no processo de abastecimento e comercialização dos produtos rurais, atenuando as excessivas oscilações de preço. Em 1980, o Banco concedeu à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) financiamento de US$ 398 milhões, com recursos captados no exterior, para compor os estoques de carnes.

A assistência financeira às pequenas e médias empresas comerciais e de prestação de serviços, com recursos da Resolução n.º 388 do Banco Central, atingiu Cr$ 6,2 bilhões, expansão de 48% sobre os saldos observados em dezembro de 1979. Se consideradas, entretanto, a assistência proporcionada através das diversas linhas de crédito, também em condições especiais, o volume de recursos alocados àquelas empresas chega ao redor de Cr$ 50 bilhões.

Setor Público

O apoio aos estados, municípios e a outros órgãos e entidades vinculados visa atenuar dificuldades conjunturais e contribuir para a implantação de infra-estrutura básica das comunidades. Em 1980, essa assistência evoluiu de Cr$ 21,3 bilhões para Cr$ 27,2 bilhões, incremento de 27,6%.

Em face das dificuldades enfrentadas por alguns estados, notadamente os assolados por adversidades climáticas, o Banco acolheu a reformulação do esquema de reposição de suas responsabilidades decorrentes de financiamentos concedidos a título de antecipação de receitas, envolvendo recursos da ordem de Cr$ 6,1 bilhões.

Ao Programa das Cidades-Pólo do Estado de Mato Grosso do Sul foi

deferido financiamento de Cr$ 2,2 bilhões, destinados a obras do sistema viário, saneamento, iluminação, recreação, educação, saúde e comunicação, em 11 municípios.

Mercado Aberto

A compra e venda de títulos da dívida pública por conta e ordem de clientes é mais uma atividade de intermediação financeira exercida pelo Banco. Durante o exercício, houve significativa expansão nos volumes médios de recursos captados, que passaram de Cr$ 14,7 bilhões em dezembro de 1979 para Cr$ 34,3 bilhões em dezembro de 1980.

A implementação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), abrangendo títulos da dívida pública sujeitos a correção monetária, aperfeiçoou esse valioso instrumento da economia que é o mercado aberto. Além de permitir que todas as operações de mercado aberto, envolvendo esses títulos, passassem a ser realizadas mediante utilização de reservas imediatamente disponíveis, ofereceu ao Banco Central do Brasil melhores condições de controlar e acompanhar a evolução dos negócios. Hoje, os títulos custodiados no Banco representam 83,6% do volume total em circulação, enquanto em dezembro de 1979 representavam apenas 20%.

Fundo de Investimentos Setoriais

Os projetos para o desenvolvimento da pesca, turismo e do reflorestamento são beneficiados com recursos do FISET. Desde o início do programa até 1980, os valores provenientes de incentivos fiscais somaram Cr$ 35 bilhões. Os recursos encontram-se distribuídos por 813 empresas beneficiadas, abrangendo: Cr$ 623 milhões para pesca, Cr$ 1,2 bilhão ao turismo e Cr$ 30,2 bilhões ao reflorestamento. Ainda estão em processo de distribuição Cr$ 3,1 bilhões.

Em 1980 os recursos liberados para essas atividades atingiram Cr$ 6,7 bilhões, sendo que 94,6% foram destinados a projetos de reflorestamento.

Durante o ano foram realizados quatro leilões especiais de títulos do FISET, nas Bolsas de Valores de Minas-Espírito Santo-Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, com a venda de cerca de 800 milhões de ações, no montante de Cr$ 1,7 bilhão.

O resultado líquido obtido pelo Fundo, no exercício, computando-se ágios, bonificações, dividendos etc., alcançou Cr$ 340 milhões.

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

Em cinco anos de existência, o PASEP elevou sensivelmente o montante de seu patrimônio líquido, registrando ao final de 1980 o saldo de Cr$ 162 bilhões, contra Cr$ 10 bilhões no primeiro ano de seu funcionamento. O número de participantes cadastrados elevou-se a 6 milhões e o total de contas ativas atingiu 4,7 milhões, com 6,2 mil entidades contribuintes.

A arrecadação alcançou Cr$ 45 bilhões em 1980, o que representa incremento de 68,7% em relação ao ano anterior. As aplicações dos recursos do PASEP atingiram Cr$ 187 bilhões ao final do ano, sendo Cr$ 33,4 bilhões realizados pelo Banco do Brasil e Cr$ 153,6 bilhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico.

Aos participantes cujas contas apresentavam saldo em 30.06.80, foram creditados rendimentos correspondentes à correção monetária de 55,25% (Cr$ 35 bilhões), aos juros de 3% sobre o saldo corrigido (Cr$ 2,9 bilhões), e a 5,65% de resultado líquido adicional (Cr$ 5,5 bilhões). O pagamento do abono salarial (14.º salário) alcançou 1,9 milhão de participantes.

Já os recursos arrecadados no exercício financeiro encerrado em 30.06.80 foram apropriados para distribuição sob forma de quotas de participação, beneficiando 3,5 milhões de cadastrados no Programa, constantes das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS).

Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica

O FIPEC representa o estímulo e o apoio do Banco do Brasil à pesquisa para a geração e/ou desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional. Suas metas prioritárias estão voltadas para pesquisa e instrumentação, energia rural (fontes e formas não-convencionais), química do álcool, meio ambiente (equipamentos antipoluentes), saúde animal, insumos básicos e mineralogia.

Visando ao atendimento mais amplo das instituições voltadas para o desenvolvimento técnico-científico, a assistência a fundo perdido foi estendida às entidades sem fins lucrativos: fundações, sociedades civis e empresas públicas consideradas entidades de pesquisa ou que a realizem em suas atividades normais. Até o exercício de 1979 essa modalidade estava restrita às universidades e instituições públicas.

Em 1980, o FIPEC realizou o concurso Caminhos Alternativos da Energia, que contou com mais de 400 participantes. Foram distribuídos quase Cr$ 2 milhões em prêmios aos quatro primeiros vencedores e Menção Honrosa a outros oito concorrentes. Ao primeiro colocado, além do prêmio de Cr$ 1 milhão, o Banco assegurou financiamento de até 31.250 MVR, para o desenvolvimento do projeto até a fase de protótipo ou de planta-piloto.

Dentre os projetos apoiados financeiramente pelo FIPEC, destacam-se, pelo seu alto significado para o País, os destinados ao desenvolvimento de tecnologia de produção de vacinas virais — sarampo e poliomielite — e reativos para diagnóstico de viroses; à tecnologia para industrialização de turbogeradores de eletricidade empregados no campo das telecomunicações e ao desenvolvimento de construção de instrumento para diagnóstico médico com ultra-som em tempo real. Apenas nesses três projetos, o FIPEC alocará recursos da ordem de Cr$ 190 milhões.

EXPORTAÇÕES: TAMBÉM É PRIORIDADE

Para melhor ajustar a economia brasileira à nova realidade mundial, o Governo concedeu tratamento diferenciado ao setor de exportações, que passou a desfrutar, juntamente como o agrícola e o energético, de absoluta prioridade.

Essa prioridade consubstancia-se em dois pontos básicos: agilização das exportações, através da simplificação e descentralização de métodos e procedimentos administrativos, e intensificação da assistência creditícia.

Dentre as medidas aprovadas pelo Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX) para agilizar as exportações, destacam-se: consolidação, num único documento, das diversas resoluções que tratavam do assunto; permissão para que se associem duas ou mais empresas na atividade, viabilizando, dessa forma, uma maior participação das pequenas e médias organizações no comércio com o exterior; e, ainda, a delegação à Carteira de Comércio Exterior do

EMPRÉSTIMOS VINCULADOS À EXPORTAÇÃO

[illegible]cificação	Saldos			Variação 1980/1979	
	1980	1979	1978	Absoluta	Percentual
[illegible] Normais da CACEX	12.747	6.597	3.823	6.150	93,2
[illegible]entos sobre Contratos de Câmbio	23.569	12.303	5.860	11.266	91,6
[illegible]mento à Exportação - FINEX	96.293	40.425	20.371	55.868	138,2
[illegible]pecial de Estímulo à Exportação - PROEX	5.018	2.434	1.888	2.584	106,2
[illegible] Comércio de Produtos Industriais para Exportação	8.993	11.153	6.612	−2.160	−19,4
T[illegible]	146.620	72.912	38.554	73.708	101,1

Fonte: COGER Elaboração: DIPLA/COESE.

Banco (CACEX) de competência para rever normas e procedimentos administrativos, conferindo ao sistema a rapidez e flexibilidade requeridas pela nova realidade do mercado mundial.

A ampliação do apoio financeiro tornou-se imprescindível, em razão, entre outros fatores, do acionamento do protecionismo internacional, que reduzia gradativamente a competitividade dos produtos brasileiros, em especial dos industrializados.

Aceleram-se as aplicações lastreadas por recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), operado de forma eficaz pelo Banco do Brasil. Foi necessária, inclusive, a complementação de recursos da ordem de Cr$ 25 bilhões, ao final do ano.

As exportações financiadas pelo FINEX já atingiram 60 países em todos os continentes, cabendo ressaltar a importação de manufaturados e serviços pela África — mais de 20% dos financiamentos beneficiaram importadoras de 17 países daquele continente. Os financiamentos globais de bens e serviços abrangem cerca de cinco mil operações efetivadas de valor superior a US$ 1 bilhão.

Aviões, navios, automóveis, ônibus, locomotivas e até fábrica de papel são alguns dos principais produtos brasileiros vendidos ao amparo do FINEX. As exportações de bens e serviços, na forma de "pacotes", que normalmente demandam maior tempo para sua concretização, envolveram a construção de uma hidrelétrica no Peru, barragem na Argélia e um projeto de desenvolvimento florestal em Moçambique.

Ainda em 1980, foram liberados recursos envolvendo a construção de aeroporto na Bolívia; implantação de projeto agrícola na Costa do Marfim; construção de rodovia na Mauritânia; implantação de usina de açúcar e de siderurgia no Paraguai; serviço de eletrificação na República Dominicana; construção de rodovia na Tanzânia; e implantação de hidrelétrica e construção de cais no Uruguai.

Os financiamentos à produção para exportação constituíram-se, também, em importante veículo de incremento das vendas externas. Foram aprovados créditos voltados à produção de navios, locomotivas e vagões ferroviários, além de máquinas e equipamentos pesados. As encomendas destinaram-se principalmente a Bélgica, Luxemburgo, Bahamas, Argentina, Estados Unidos, Peru, Alemanha Ocidental, Colômbia e Itália, dentre inúmeros países.

Espera-se que o impulso às exportações, o aumento da produção agrícola e a implementação do programa de desenvolvimento de fontes alternativas de energia possam melhorar o saldo da balança comercial, não só pelo crescimento da geração de divisas, mas também pela contenção dos elevados dispêndios com a importação de petróleo.

Operações cambiais

As compras de moeda estrangeira, em 1980, montaram a US$ 25.014 milhões, incremento de 20% sobre o volume do ano anterior. As vendas, por seu turno, cresceram em 23%, de US$ 20.316 para US$ 24.894 milhões.

Muito mais expressiva foi a evolução verificada na concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio — na verdade um empréstimo, tomado em condições vantajosas — cuja liquidação só tem lugar quando efetivamente processada a exportação a que está vinculada. O saldo dessas operações fixou-se em Cr$ 23.569 milhões, expansão de 91,6% sobre a posição registrada ao final do ano anterior.

Outro importante mecanismo operacional de amparo às exportações brasileiras é a concessão de linhas de crédito a banqueiros e agências no exterior. Visa a facilitar a colocação de produtos brasileiros — em especial nos países carentes de recursos —, pois possibilitam seu pagamento em até 180 dias, com as empresas brasileiras recebendo à vista pela exportação efetuada. As linhas de crédito concedidas no exercício chegaram a US$ 82 milhões, destacando-se Chile, Peru e Angola como os maiores beneficiários dessa sistemática de atuação.

Não menos significativo, pelo suporte que oferece à exportação de bens e serviços, o total das garantias outorgadas durante o exercício, sob as formas de *bid bond, performance bond* e *refundment bond,* ascendeu a US$ 3.754 milhões, envolvendo nada menos de 383 contratos.

Essa intermediação, a que o Banco dedica especial interesse, facilita às empresas brasileiras a participação — em nível de igualdade com as de países detentores de sofisticada tecnologia e larga tradição — em concorrências públicas internacionais e na execução de contratos celebrados para o fornecimento de bens e serviços.

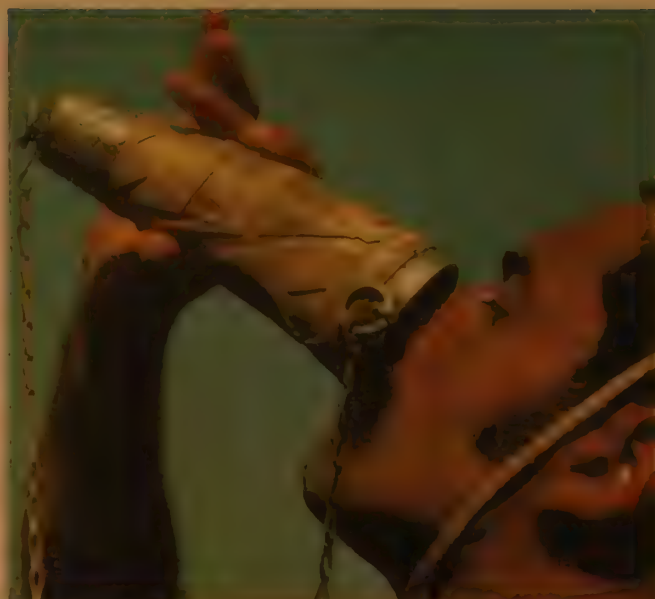
A concessão de avais e/ou fianças é outra alternativa que favorece a balança comercial brasileira. Esta garantia permite a obtenção, em condições bem mais vantajosas, de financiamentos para capital de giro ou aquisição de bens de capital no exterior. O saldo de avais e fianças, no exercício, chegou a US$ 594 milhões (170 contratos), contra US$ 564 milhões (146 contratos) em 1979.

Couro cru, seco e curtido. Artesanatos derivados da pecuária. Rio Grande do Sul.

O ARTESANATO NO SUL

Ao contrário do que possa parecer, devido à acentuada divulgação dos artesanatos nordestinos, é variada e regular a ocorrência de técnicas como o trançado e a olaria em inúmeros municípios da região Sul.
O trançado com fibras vegetais no Paraná chega em alguns casos a substituir a cerâmica, como acontece com recipientes para líquidos convenientemente impermeabilizados. Em regiões litorâneas de atividade pesqueira, como Paranaguá, há também ocorrência de trançado. Cesteiros se ocupam, em locais como Santa Felicidade, em confeccionar mobiliário de vime destinado a uma clientela que já é urbana.
As rendas de bilro tramadas sobre cartões de molde ponteado, indicadores dos desenhos reproduzidos com linha de algodão, são ainda feitas em diversos pontos do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
Em Santa Catarina, além de figurado do barro como o do Município de São José, que reproduz o elenco de personagens da dança dramática do boi-de-mamão, encontra-se cerâmica utilitária feita em torno, comercializada nos mercados de cidades maiores.
A tecelagem em tear manual horizontal com fios de lã de carneiro, de pequena incidência, pode ser ainda observada em municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.
A imagem do artesanato como modo criador de integração ao trabalho e ao meio ambiente configura-se idealmente na indumentária característica do gaúcho. É ligada a ele que encontraremos toda uma ourivesaria popular, como a que associa a prata trabalhada ao chifre, em artefatos de destinação utilitária.
O trabalho do couro, que traduz uma cultura eminentemente pastoril, pode ser apontado tanto em itens da indumentária do peão, como em objetos do seu equipamento nas lides do campo: boleadeiras, chicotes, embornais.

Rendas de bilro. [illegible] "onde há rede, há renda". Santa Catarina.

Trançado com fibras vegetais. Técnica empregada na produção de mobiliário e de utensílios para a lavoura e a pesca. Santa Felicidade, Curitiba - Paraná.

A ourivesaria, freqüentemente associada ao osso esculpido, ao chifre ou à cutelaria, caracteriza vários itens tradicionais de uso do gaúcho. Rio Grande do Sul.

Bruxinhas de palha de milho de Santa Catarina. O artesanato com este material ocorre em todas as regiões do território brasileiro.

Artesanato em madeira, de grande incidência na região Sul. Paraná.

ATUAÇÃO NO EXTERIOR

Com o objetivo de formentar o intercâmbio comercial com o exterior, procura o Banco, sempre, ampliar sua rede externa, ocupando pontos economicamente estratégicos.

Este ano, novas frentes foram estabelecidas, com a instalação das agências de Barcelona, Madri e Porto, na Europa, de Macau, no Extremo-Oriente, e de Mendoza, na América do Sul. O escritório de representação de Frankfurt foi transformado em agência e o de Viena, em subsidiária.

Ao término do exercício, a rede totalizava 61 unidades, espalhadas por todos os continentes e assim distribuídas: 35 agências, 6 subagências, 19 escritórios de representação e 1 posto de serviço, além de 3 subsidiárias.

Novas dependências externas já estão projetadas, desta vez com presença marcante em países africanos como o Egito, Marrocos, Senegal, Gabão, Togo, Moçambique e Tunísia.

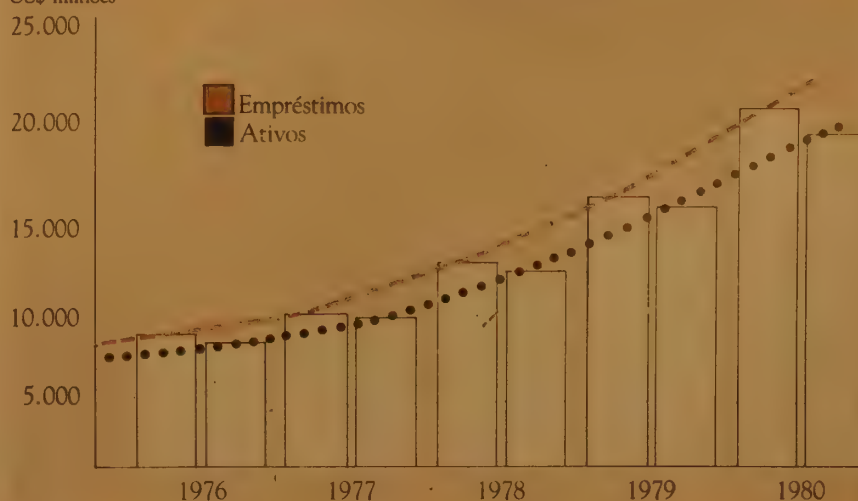
Além da subsidiária do Banco do Brasil A.G., em Viena, inaugurada no decorrer do ano, contava ainda o Banco com as seguintes entidades no exterior, de seu inteiro controle: Brasilian American Merchant Bank BAMB, estabelecido nas Ilhas Cayman e Brazilian Finance and Investment Corporation, em Toronto, Canadá.

Cabe ser destacada, ainda, a criação, em 1980, de uma empresa de *Leasing* nos Estados Unidos, que operará preferentemente na aquisição de máquinas e equipamentos de produção nacional para arrendamento a empresas de outros países. Possibilitará, também, que empresas nacionais, que dependem de equipamentos importados, possam contratar operações de arrendamento sem necessidade de realizarem imobilizações com importações.

OPERAÇÕES EXTERNAS

A política de apoio financeiro à ampliação das fronteiras comerciais brasileiras e a captação e internação de recursos externos continuaram entre as prioridades do Banco, oferecendo relevante contribuição para o balanço de pagamentos do País.

O desempenho desse papel implicou enfrentar dificuldades conjunturais, visto que o ano de 1980 caracterizou-se por generalizada cautela da comunidade financeira internacional.

A situação de instabilidade política mundial repercutiu nos principais mercados financeiros e observou-se acentuada flutuação cambial e de taxa de juros, com influências negativas nos

principais mercados.

Nada obstante, os ativos do Banco no exterior continuaram a apresentar bom ritmo de crescimento, elevando-se, ao final do exercício, a US$ 20,8 bilhões, o que representa crescimento de 32,3% sobre a posição alcançada em 31.12.79. No qüinqüênio 1976/1980, os ativos do exterior cresceram US$ 13,1 bilhões, acréscimo de 171%.

No exercício, o Banco atuou na contratação de empréstimos sindicados que significaram o aporte de US$ 2.206 milhões, para a economia brasileira. As operações se destinaram, quase totalmente, ao financiamento de grandes projetos de infra-estrutura, tendo o Banco do Brasil liderado a captação de expressiva parcela desses recursos.

Durante os cinco últimos anos, o Banco liderou operações sindicadas no valor de US$ 942 milhões e ocupou a co-liderança no levantamento de outros US$ 6.646 milhões, tendo ainda atuado, como participante, na captação de mais US$ 2.850 milhões.

Os principais tomadores de recursos através de operações sindicadas foram empresas estatais, destacando-se a Eletrobrás (US$ 400 milhões), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (US$ 350 milhões), a Petrobrás (US$ 250 milhões), a Siderbrás (US$ 150 milhões) e a Telebrás (US$ 165 milhões). Em operações diretas — em sua maioria com unidades da Federação, com garantia do Tesouro Nacional — foram canalizados, pelo Banco, recursos da ordem de US$ 865 milhões.

O saldo dos empréstimos contratados com empresas nacionais — de acordo com as normas da Lei 4.131 — com ou sem a formação de sindicatos bancários, passou de US$ 1.503 milhões para US$ 2.263 milhões, crescimento de 50% nos últimos 12 meses. Os empréstimos concedidos a bancos brasileiros para repasses a empresas, na forma da Resolução n.º 63, alcançaram US$ 1.235 milhões, incremento de quase 100% sobre o saldo no fim do ano anterior (US$ 628 milhões).

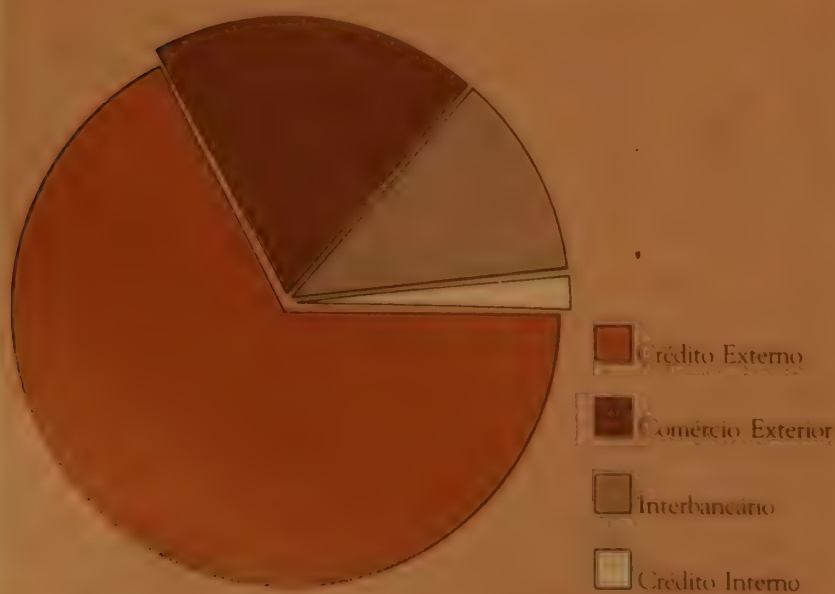
O Banco participou também da colocação de bônus nos mercados alemão e japonês, num total de US$ 240 milhões (61% de todos os bônus brasileiros colocados no exercício). Desse montante, US$ 180 milhões provieram de papéis de emissão do Governo Federal e US$ 60 milhões da Nuclebrás. O total de recursos aplicados pelo Banco em bônus brasileiros alcançou US$ 72,7 milhões.

O giro operacional das contratações de financiamentos na área de comércio exterior, englobando basicamente exportações e importações brasileiras, realizadas em 1980, atingiu US$ 6,5 bilhões. O saldo desses negócios, no fim do ano, se elevava a US$ 2,3 bilhões, representando crescimento de 13% sobre o ano anterior.

Como parte da estratégia de apoio às exportações brasileiras, procurou-se imprimir maior flexibilidade aos programas operacionais, notadamente o que abrange os financiamentos em regime de *basket*, aí incluído o Cheque-Ouro de Exportação.

As operações de crédito interno, em que o Banco aloca recursos para atender a clientela dos países onde mantém agências, apresentaram saldo de US$ 273 milhões. As contratadas com governos de terceiros países mobilizaram US$ 51 milhões,

EMPRÉSTIMOS — Distribuição por modalidade

Fonte: VIPIN/DIREX

elevando o saldo dessa rubrica para US$ 852 milhões.

Os depósitos das agências externas cresceram US$ 4.541 milhões, ao atingir US$ 19.568 milhões em dezembro de 1980. Nos últimos cinco anos, expandiram-se em 150%, em resposta ao empenho dos administradores na captação de recursos e aprimoramento dos serviços.

Em valores absolutos, os banqueiros internacionais constituíram-se nos principais fornecedores desses recursos, seguidos das entidades brasileiras. Os saldos relativos a depósitos captados de clientes locais, por seu turno, registraram o expressivo crescimento de 218% em 1980.

Ao final de 1980, o patrimônio líquido das agências externas ascendia a US$ 642 milhões, demonstrando crescimento de 78% nos últimos doze meses (US$ 360 milhões em 31.12.79).

O lucro líquido do exercício alcançou US$ 221,3 milhões, contra os US$ 123,9 milhões obtidos no ano anterior — crescimento de 79% — resultado que indica a eficácia na aplicação dos recursos pelas dependências externas.

PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS

As atividades internacionais incluem também participação acionária nas seguintes instituições financeiras: Arab Latinamerican Bank — ARLABANK (Lima), Banco de Desarrollo del Paraguay — COMDESA (Assunção), Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A. — BLADEX (Panamá), Banco Unido de Fomento — BUF (Santiago), Banque Arabe et Internationale d'Investissement — BAII (Paris), Banque Internationale pour l'Afrique Occidentale — BIAO (Paris), Compagnie Arabe et Internationale d'Investissement — CAII (Luxemburgo), Euro-Latinamerican Bank Limited — EULABANK (Londres), European Brazilian Bank Limited — EUROBRAZ (Londres) e Kuwait Pacific Finance Company — KPFC (Hong-Kong).

Em 1980, os investimentos nessas empresas somaram US$ 3,5 milhões, enquanto os dividendos recebidos pelo Banco ultrapassaram a casa dos US$ 750 mil. Vale entretanto assinalar que o objetivo do Banco do Brasil, ao investir nessas associações de banqueiros, não se restringe à obtenção de lucros. Importa, sobretudo, o fortalecimento da atuação da rede externa e a abertura de novas frentes para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro.

Através do ARLABANK, EULABANK e EUROBRAZ foram obtidos, no euromercado, empréstimos sindicados da ordem de US$ 1.350 milhões. O Banco integralizou sua participação de US$ 5 milhões no capital de US$ 75 milhões do ARLABANK, que integrou, no período, dois sindicatos bancários favoráveis a empresas brasileiras, no importe de US$ 80 milhões.

No BLADEX, o Banco investiu US$ 869 mil, para a composição do capital de US$ 32.540 mil. Embora inaugurada há menos de 2 anos, essa organização vem desenvolvendo intenso trabalho de apoio às exportações brasileiras, cujos resultados só começarão a se fazer sentir, com maior evidência, no decorrer dos próximos exercícios.

O EULABANK e o EUROBRAZ, por sua vez, receberam, respectivamente, investimentos de US$ 1,8 milhão e US$ 11,7 milhões, para composição de seus capitais. Participaram essas instituições, respectivamente, em dez e três sindicatos dirigidos ao Brasil, nos montantes de US$ 719 milhões e US$ 770 milhões.

Fonte: VIPIN/DIREX

Detalhe de traje bordado de cavaleiro mouro. Cavalhada da Festa do Divino Espírito Santo. Pirenópolis - Goiás.

O ARTESANATO NO CENTRO-OESTE

É também marcante aqui a presença do índio. As *litxokós*, bonecas de barro hoje cozido e pintado, feitas pelas oleiras karayás, talvez sejam atualmente a cerâmica indígena mais divulgada no Brasil. Destinadas agora, de maneira geral, a um mercado turístico, as figuras karayás se modificaram mas conservam qualidades de boa expressão plástica e identidade cultural.
Possuem ainda uma função socializadora face à comunidade, como ocorre sempre em toda arte indígena. Além de possibilitarem o exercício da imaginação criadora e da fruição estética, cada uma dessas figuras traz claramente explícita, para os karayás, a faixa etária, o sexo e os sistemas clânicos ali configurados.
Entre as inúmeras culturas e subculturas, da região geograficamente demarcada como Centro-Oeste, pode-se também apontar, pela sua beleza, as peças artesanais utilizadas na Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás, que concentra rituais religiosos oficiais da Igreja Católica e rituais populares tradicionais, como as cavalhadas de mouros e cristãos e sua contrapartida carnavalizada de mascarados.
Como ocorre de modo geral em toda a extensão do território brasileiro, a olaria tanto pode ser utilitária, produzida e usada pela própria comunidade, em áreas de economia pré-industrial, como pode passar a possuir caráter de extrema individualidade, dando expressão à obra de um Antônio Poteiro.

Pote de barro levantado no torno e posteriormente esculpido a mão, de Antônio Poteiro. Goiânia - Goiás.

Utensílios domésticos e de adorno corporal, feitos de chifres de boi. Mato Grosso.

Figura de barro modelado a mão. Goiás.

Arte plumária dos índios xavantes usada em ocasiões cerimoniais. Mato Grosso.

Máscaras de "papier maché" pintado. Festa do Divino Espírito Santo. Pirenópolis - Goiás.

Louça utilitária produzida no torno e depois cozida. Goiás.

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

O modelo organizacional aprovado para o Banco em 12.03.79, pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, vem sendo implantado em três etapas básicas:

I - subordinação dos órgãos então existentes a nível de departamento, às novas diretorias, de acordo com a maior afinidade de funções; início de atividades das coordenadorias junto às Diretorias de Controle e de Planejamento, das assessorias das Vice-Presidências e das Superintendências Regionais de Operações;

II - reestruturação interna de cada diretoria, dentro de suas novas funções, e conseqüente criação, extinção ou reposicionamento dos órgãos a nível de departamento; detalhamento das funções desses órgãos;

III - harmonização das atribuições de todos os órgãos componentes da estrutura; adequações paralelas nos sistemas administrativos e sócio-funcionais, e consolidação de um "Manual de Organização".

A primeira fase do Plano de Implantação da Nova Estrutura Organizacional (PINEO) foi efetivada em 19.03.79, marcando o início da divisão formal das funções administrativas, segundo o nível hierárquico da estrutura em que se situa cada órgão.

A operacionalização da segunda fase, que ainda transcorre, iniciou-se através de grupos de trabalhos setoriais, que detalharam as atribuições da quase totalidade dos órgãos componentes da estrutura fundamental.

Promoveu-se a adequação de um dos principais componentes do sistema administrativo — alçadas decisórias —, através da consolidação das normas pertinentes.

Foram empreendidos, ainda, estudos preliminares sobre o conjunto de normativos relativos ao funcionamento do Banco, com o intuito de compatibilizar as atribuições dos órgãos de direção, as normas e as alçadas decisórias que detêm.

Paralelamente, procedeu-se a ajustes no Plano de Classificação de Cargos (PCC), para adequá-lo à nova estrutura do Banco, decidindo o Conselho Diretor agilizar sua implementação nos diversos órgãos.

Até meados de 1981, o PCC deverá estar totalmente implantado e concluída a segunda fase do PINEO, com o estabelecimento das funções para alguns poucos órgãos que ainda não reviram sua estrutura interna.

A terceira fase, com a determinação de interfaces entre os diversos órgãos e a harmonização de suas funções, deverá estender-se até o final do exercício de 1981.

A implantação da Reforma Administrativa, portanto, está se efetivando mediante análise crítica e revisão cuidadosa a cada passo, pois que implica não só novos métodos de operacionalização das decisões, mas, principalmente, novos comportamentos. O planejamento organizacional é processo contínuo e das posturas adotadas depende o compasso das mudanças.

O ELEMENTO HUMANO

No contexto organizacional, avulta o elemento humano, valioso patrimônio do Banco, que vem sendo objeto de política criteriosa e de longo prazo, em que sobressaem os aspectos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, assistência e previdência social.

Recrutamento e Seleção

O processo de recrutamento e seleção tem sido aperfeiçoado ao longo dos últimos anos, com vista não só a atender à dinâmica dos serviços, sempre crescentes em volume, complexidade e diversidade, mas também a possibilitar a eliminação dos problemas decorrentes da rotatividade de pessoal recém-admitido e da movimentação no sentido dos grandes centros.

Objetivando suprir as necessidades adicionais de mão-de-obra, promoveu o Banco, em 1980, quatro seleções externas para o Nível Básico da Carreira Administrativa, com aprovação de 8.475 candidatos. Por outro lado, sensível à ênfase atribuída pelo Governo à agricultura, instituiu a

Carreira de Agrônomo, Veterinário e Zootecnista, integrante do Serviço Técnico-Científico. Na primeira seleção de âmbito interno, foram aprovados 126 funcionários, enquanto que, em certame externo, 254 técnicos obtiveram aprovação.

Quadro de Pessoal

Com crescimento de 11% no exercício, o quadro de pessoal atingiu 94.267 servidores, assim distribuídos: 83.402 nas dependências no País; 186 nas dependências externas; e 10.679 na Direção-Geral. Essa força de trabalho, nos últimos anos, tem tido cada vez mais a participação do elemento feminino, hoje da ordem de 24%.

A Carreira Administrativa, suporte das atividades do Banco, pertencem 83,3% do funcionalismo; 8,5% integram a Carreira de Apoio; 7,4% são Menores-Aprendizes; a parcela de 0,7% compõe o Serviço Técnico-Científico; e 0,1% refere-se às Carreiras de Tesouraria e de Fiscal Visitador, ambas em extinção.

Fonte: DIREC/FUNCI

Tradicional colaborador na formação dos quadros técnicos da administração pública federal, governos estaduais e outras entidades, mantém o Banco, em regime de disponibilidade, 524 funcionários e 33 sob licença, para cumprimento de mandato eletivo.

Treinamento e Desenvolvimento

Encontram-se em curso os trabalhos voltados à instituição de nova sistemática de avaliação do desempenho funcional. A execução desse projeto, que contempla essencialmente aspectos de formação e gestão de recursos humanos, propiciará condições para a identificação de carências, no campo do desenvolvimento funcional.

Convicto de que investir na qualificação da mão-de-obra é assegurar elevada taxa de retorno e atuar no processo de transformação social, o Banco continuou a expandir expressivamente seus investimentos em programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

Em 1980, cerca de 25.000 funcionários receberam treinamento, nos 11 centros de formação profissional do Banco, enquanto outros 2.300 participaram de cursos ministrados por entidades externas, inclusive estrangeiras.

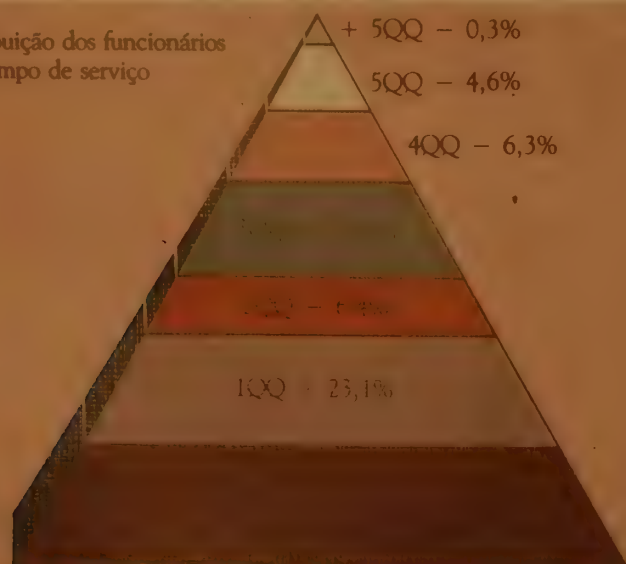
Da programação desenvolvida internamente, destacam-se os cursos para a implantação do Sistema de Apoio Integrado às Pequenas e Médias Empresas, de formação básica para gerentes e a reformulação do curso de caixa-executivo — com os quais se objetiva aumentar a eficiência do atendimento ao público.

Ultimam-se estudos para implementação de treinamento à distância. Dentro em breve, informações tradicionalmente transmitidas nos centros de formação serão levadas ao funcionário em seu próprio local de trabalho.

Assistência e Previdência

A manutenção e o aperfeiçoamento dos programas de assistência e previdência têm sido constante preocupação do Banco. O amparo e segurança oferecidos a mais de 300.000 pessoas (servidores ativos, aposentados, dependentes e pensionistas) se refletem positivamente na vida particular e funcional dos beneficiários e geram retorno em termos de produtividade, dedicação e interesse do funcionalismo pela Empresa.

O plano assistencial, que conta com a co-participação financeira dos funcionários, envolveu desembolsos em torno de Cr$ 3,7 bilhões. Desse total, 67% se destinaram ao atendimento médico, dentário, hospitalar e laboratorial; 28,2% às finalidades sócio-recreativas; 4,8% à assistência financeira a servidores.

O sistema de credenciamento de

Fonte: DITEC/DEORG

médicos, laboratórios, serviços radiológicos e entidades hospitalares, mediante convênios com a Caixa de Assistência, possibilita tratamento livre de quaisquer ônus diretos e imediatos para o associado. Ao todo, efetuaram-se, no ano, mais de 2 milhões de atendimentos de natureza médico-hospitalar e laboratorial, computada a participação dos centros de saúde do próprio Banco.

No contexto da programação previdenciária, a complementação de aposentadorias e pensões, a cargo da Caixa de Previdência e do Banco, atingiu Cr$ 12,5 bilhões. O sistema — cujos ônus são também partilhados pelos funcionários — respondeu pelo pagamento de pecúlios no montante de Cr$ 741 milhões.

Dentro do programa de alimentação — Lei 6.321, de 20.04.76 — são atendidos atualmente 21 mil funcionários, com o fornecimento de quase cinco milhões de refeições em 1980, ao custo total de Cr$ 288 milhões. O incentivo fiscal cobriu 32% daquelas despesas.

Na área sócio-recreativa, 975 associações de funcionários (AABB) vêm cumprindo vasta programação de atividades sociais, recreativas, desportivas e culturais, voltadas ao congraçamento da comunidade de servidores e seus familiares.

Como segmento da política assistencial, desenvolvem-se as ações para a estrutura do Serviço Social do Banco. Pretende-se sistematizar, com base em critérios de avaliação técnica definidos, o atendimento prioritário e o acompanhamento dos casos de desajustes psicossociais e de carências acentuadas a nível pessoal e de comportamento funcional.

RECURSOS MATERIAIS

Dependências no País

A interiorização da economia segue as pegadas do Banco, que exerce uma ação catalisadora nas regiões onde se instala, pois sua presença dinamiza sobremaneira as atividades econômicas.

Em 1980, 287 pontos do território nacional foram favorecidos com início das atividades do Banco do Brasil, com o que se elevaram para 1.838 as unidades em funcionamento no País, assim distribuídas: 1.155 agências autônomas, 62 subagências, 480 postos avançados de crédito rural, 141 postos de serviços. Naquele total não estão incluídas 28 seções externas e 132 caixas avançados. Outras 146 se encontram em instalação e brevemente integrarão o sistema.

Comunicações

A vista do notável crescimento de sua rede de dependências, o Banco vem procurando aprimorar seu sistema de comunicações: malote, telefonia, telex, teletransmissão de dados, radiocomunicação, radiochamada, fac-símile, sonorização, projeção de imagens e circuitos fechados de TV.

Além dos investimentos com aquisição/ampliação dos equipamentos indispensáveis à interligação das agências no País e exterior, optou-se pela utilização de sistemas públicos em substituição aos de uso privativo, como forma mais racional e econômica de atendimento às necessidades de comunicações; adesão ao Sistema Computadorizado de Retransmissão Automática de Mensagens (SICRAM), operado pela Embratel, dinamizando o intercâmbio de informações; convênios com companhias estaduais de telecomunicações, mediante efetiva participação financeira, para dotar de fonia interurbana localidades desprovidas de recursos; e otimização do sistema interno, com o funcionamento ininterrupto de centros de triagem de correspondência.

Aprovadas pelo sistema bancário e homologadas pelo Banco Central, implementou o Banco diversas medidas com vistas ao aperfeiçoamento dos Sistemas Integrados Regionais de Compensação.

As modificações introduzidas permitiram aos estabelecimentos participantes a execução dos serviços em condições mais favoráveis, uma vez que o crescente volume de papéis gerava dificuldades quase insuperáveis para seu processamento, em vista do curto espaço de tempo disponível entre a abertura do expediente e a devolução dos cheques.

Uma das medidas adotadas — retardamento do horário das devoluções — proporcionou grande benefício: 150.000 km de estradas deixaram de ser percorridos diariamente pelos veículos que efetuam o transporte de malotes — uma colaboração importante para a política de racionalização do uso de combustíveis.

Prosseguiram, também, os trabalhos de expansão do Serviço de Compensação, com a instalação de 18

sistemas locais e um sistema integrado regional na Cidade de Pato Branco (PR), com 35 praças participantes. Assim, 157 localidades passaram a integrar o Serviço de Compensação, elevando para 2.041 o número de praças participantes.

Em processamento de dados, o maior esforço concentrou-se na renovação do parque de máquinas. O programa contempla não somente os aspectos técnicos, mas também a política da Secretaria Especial de Informática e diretrizes governamentais sobre contenção de despesas e importações de bens de capital.

Como todas as agências já dispõem dos recursos de mecanização básica, a prioridade agora, no setor, é a implantação de alta mecanização, centralizada nos Centros de Processamento de Serviços e Comunicações (CESEC). A computação eletrônica abrange os serviços de folha de pagamento, estatísticas, FGTS, cobrança, depósitos e contabilidade.

Dos 51 CESEC previstos, 23 já se encontram em pleno funcionamento. Os trabalhos de implantação dos demais centros programados (28) desenvolvem-se normalmente, esperando-se que em 1981 estejam todos instalados. No campo da automação de serviços, há que mencionar os esforços de reformulação e otimização de outros sistemas (PASEP e CÂMBIO), serviço de ações, financiamento à produção para exportação etc.

Informações precisas e ágeis permitem aos dirigentes melhor decidir e estabelecer novas diretrizes, para correção de desvios e aprimoramento da ação final, possibilitando ainda o conhecimento histórico do processo administrativo e o confronto imediato entre os resultados esperados e os obtidos.

Incluídos no acervo de informações estatísticas, destacam-se o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e o Sistema ESCAI. O SIG, trabalhando com grandes números, congrega informações de todas as filiais, consolida as posições de depósitos e empréstimos, com pequena defasagem, abrangendo agora as agências no exterior.

O ESCAI trata essencialmente dos aspectos financeiro e econômico dos empréstimos rurais, industriais e comerciais de todas as agências. É atualizado diariamente com a entrada ininterrupta de mais de um milhão de dados. Constitui verdadeiro banco de dados e possibilita a execução de inúmeros serviços para as filiais, racionalizando o uso da mão-de-obra.

Processando centenas de milhares de informações, esses dois sistemas permitem ao Banco e a órgãos governamentais — de forma dinâmica e confiável — vislumbrar, mensurar, controlar e corrigir possíveis distorções detectadas no desenvolvimento da política orçamentária.

A mecanização dos serviços de cadastro, em fase de implantação, permitirá visualização, com maior fidelidade, do perfil econômico e financeiro dos cadastrados. Outra vantagem da utilização do processamento eletrônico será a viabilização, a médio prazo, do desenvolvimento do almejado projeto de Cadastro Único para a Rede Bancária.

Imóveis de Uso

Entre as atividades mais relevantes, na área de suporte, destacam-se 40 prédios concluídos para uso das agências, num total aproximado de 100.000 m²; construção/adaptação de pequenos prédios para instalação de 225 postos avançados de crédito rural; e construção/adaptação de 7 prédios no exterior para instalação das dependências totalizando 5.000 m². Em andamento: 34 prédios para uso de agências, num total aproximado de 96.000 m²; 16 prédios para instalação de CESEC, com área de 63.000 m²; e construção/adaptação de 3.000 m² no exterior.

Merece também referência, no exercício, a ocupação do Edifício Sede III, em Brasília, prédio que hoje se constitui o centro de decisões da Empresa.

REDE EXTERNA

Especial ênfase foi emprestada ao aperfeiçoamento dos recursos humanos e materiais do Banco no exterior, com vistas a fortalecer o seu poder de competição nos mercados financeiros internacionais e melhorar a produtividade dos serviços, objetivando a maximização dos resultados.

Assim, foram incentivados os programas de treinamento do pessoal, mediante a concessão de bolsas de estudo para freqüência em instituições educacionais diversas ou através de esquema de adestramento nos próprios locais de trabalho.

Na área dos recursos materiais, estudos foram direcionados para a reformulação da estrutura física e organizacional das filiais, elaboração de manuais de rotinas de serviços e implantação de sistemas de auto-avaliação do controle interno.

A rede externa de dependências ocupa 64 imóveis, sendo 20 próprios e 44 alugados, com área global de 88 mil m², dos quais 62 mil estão efetivamente utilizados pelos serviços. Dos restantes 26 mil m² em imóveis próprios, uma parte se encontra locada e a outra constitui reserva para futuras ampliações.

CULTURA MATERIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARTESANATO NO BRASIL.

No Brasil, a consolidação de técnicas artesanais resultaram, ao longo de quatro séculos, dos contatos interétnicos entre índios, negros e brancos. Em Portugal, as corporações medievais não se haviam estruturado com o mesmo rigor das suas congêneres européias, pois na Casa dos 24, criada em 1422, dividindo os artífices em vinte e quatro agremiações, terminara por prevalecer um caráter religioso, ao invés do profissional.
Na colônia, onde não foi instituída a Casa dos 24, o espírito corporativo dos ofícios permeou-se também através de confrarias e irmandades. A infixidez da mão-de-obra nos trabalhos do campo e a fraca persistência dos indivíduos nos ofícios também contribuíram para que estes não se transmitissem com regularidade de geração a geração.
No interior do processo de ruralização, tônica da organização econômica e social do período colonial, caracterizaram-se, não obstante, as gradações de aprendiz, oficial e mestre, configurando-se artesanatos como a olaria, o trançado, a culinária e outros, que atingiram a primeira metade do século XIX, patenteando o tradicionalismo que se alia comumente ao exercício inventivo dessas técnicas pelos indivíduos.
Foi precisamente a geração dos românticos, no século passado, a primeira a manifestar o interesse da norma culta pelo patrimônio de raízes populares, em nosso caso particular especialmente mesclado ao pensamento mítico do negro e do índio, já assimilados numa sociedade brasileira. Sílvio Romero (1851-1914) voltava-se

de maneira sistemática para o exame do folclore e, na literatura, os poetas e romancistas, além de militarem pela abolição da escravatura, descreviam a natureza nativa e recorriam a uma imagem do índio idealizada, mas de intenção recuperadora. Euclides da Cunha (1866-1909), em obra extraordinária, analisava a sociedade brasileira através do episódio messiânico-sertanejo de Canudos.
Depois disso, foi só mais tarde, por influência do Movimento Modernista, constituído nas três primeiras décadas deste século, que ocorreu o novo interesse pela produção de origem popular, abrangendo naturalmente a cultura material e, portanto, os artesanatos.
O Movimento Regionalista do Recife, instaurado em 1923 por Gilberto Freyre, vinha também, no nordeste do País, conferir destaque à criação popular. O autor de *Casa Grande e Senzala* deu continuidade, dessa forma, aos trabalhos pioneiros de Nina Rodrigues (1862-1906) e Artur Ramos (1903-1949). No campo da etnologia, nos estudos voltados para as culturas indígenas, destacou-se Curt Nimuendaju (1883-1945), cujos trabalhos inauguram nova fase no desenvolvimento dessa ciência entre nós.
O ensino da filosofia, da estética, das ciências sociais, que interessará à avaliação contemporânea da cultura material, atualiza-se com a instituição das universidades de São Paulo (1934) e do Rio de Janeiro (1935).
Traçado este breve resumo da constituição da cultura material popular no Brasil, assim como o da sua percepção gradual pelos brasileiros, a nível de observação acadêmica, estudo e valorização, afloraremos alguns conceitos vigentes sobre *artes populares*, onde se inclui naturalmente o artesanato. Hoje, a conceituação de uma *arte popular*, por oposição a uma *arte erudita*, constitui objeto de inúmeras especulações. Há quem considera a arte popular como uma forma de contracultura em relação à erudita e há os que a definem, no extremo oposto, como uma imitação rústica dos modelos acadêmicos. Há os que a julgam um potencial de expressão quantitativa, onde se poderá interferir visando unicamente ao aumento de produção, sem atentar para que a não-consideração dos aspectos culturais acarretará fatalmente a descaracterização da sua *identidade* ou "tipicidade" verdadeira, e conseqüente perda de uma qualidade fundamental exigida pelo seu mercado.
E, finalmente, os que imaginam as artes populares como inalteráveis através dos tempos, testemunho a manter de extintas idades áureas, numa visão purista.
O fato é que se tornou cada vez mais difícil estabelecer um limite entre a esfera popular e a culta, que até inícios do século passado mantinham definido delineamento, na sua interação no cotidiano.

Discernem-se, entretanto, diversas manifestações culturais nitidamente identificáveis como populares, ou de fonte popular. São elas expressões de culturas com valores próprios, critérios de gosto e de aperfeiçoamento que lhes são peculiares e que demonstram terem sido elaborados por indivíduos e/ou grupos dotados de invenção formal, mestria de ofício e fruição estética.
Para dar um exemplo da complexidade que o problema oferece e da necessidade de uma observação atenta do contexto social e natural em que os artesanatos ocorrem, é suficiente citar três faixas contemporâneas de representações da cultura material do povo.
Numa primeira estarão os objetos confeccionados e absorvidos por um mesmo segmento da população. Estão neste caso os ex-votos ou *milagres* do sertão nordestino, esculpidos em madeira. Como as *carrancas* de proa das embarcações são-franciscanas de meados do século passado e início deste, os ex-votos têm finalidade exclusivamente ritual.
Neste nível em que o artesanato é absorvido pelo próprio grupo que o produz, vamos encontrar ainda grandes séries de objetos onde a função da utilidade é indissociável da noção de beleza, a arte inseparável da vida. Estes testemunhos materiais encontram-se integrados ao espaço doméstico, ao espaço do trabalho rural, à ecologia local. As atividades que compreendem técnicas de produção como a agricultura, a criação de animais ou a pesca e os artesanatos delas decorrentes evidenciam vínculo estrito com a organização social e a economia local ou regional.
Tal é o caso da louça utilitária do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, ou de Porto Real do Colégio, em Alagoas; dos covos para pesca do litoral das regiões Sudeste e Norte, das selas de couro e cangas para animais do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enfim, de um sem-número de artesanatos tradicionais que, embora permitindo a invenção pessoal, guardam uma diferenciada uniformidade.
Numa segunda faixa estão, por exemplo, artífices pertencentes a comunidades ligadas a sistemas pré-industriais, com tradição do artesanato que exercem.
Têm esses artífices, como denominador comum, na comercialização das suas peças, outro tipo de comprador ligado à indústria do turismo, e não mais o usuário vicinal, regional. A alteração do pólo comprador ocasionou na produção destes artífices diversas modificações.
No caso dos bonequeiros, figureiros e oleiros que trabalham com barro, como em Caruaru (PE) ou no Vale do Paraíba (SP), estas transformações se traduzem, num primeiro momento, por maior individualização formal, em contraposição à maior uniformidade de peças produzidas pela geração anterior.
Numa terceira faixa estaria a produção ainda mais individualizada de um Artur Pereira (Minas Gerais), de um Antônio Poteiro (Goiás), de um G.T.O. - Geraldo Telles de Oliveira (Minas Gerais), de um Boaventura Silva Filho - "Louco" (Bahia), ou do conhecidíssimo predecessor destes - o Mestre Vitalino (Caruaru - Pernambuco), comercializada nas grandes galerias de arte e destinada a clientela de alto poder aquisitivo. Tendo migrado para grandes centros urbanos e retornado ou não à própria terra, o fato é que esses indivíduos sofreram o impacto da civilização industrial. Provenientes de extratos populares, de que se deslocam, não perdem a referência destes, mas diferem também do artista da norma culta pela sua formação, que filtra diferentemente os novos dados com que se defronta. A sua ambigüidade entre duas formas de cultura se exprime por linguagem fortemente criadora e simbólica, de incrível riqueza plástica.
Estes artistas, pela peculiaridade das suas obras, têm sido chamados de "primitivos" pelos historiadores e críticos de arte.

1980
RELATÓRIO ANUAL

RELATÓRIO ANUAL 1980

- Editado pelo Banco do Brasil S. A. — DIPLA/COMEC
  Setor Bancário Sul
  Edifício-Sede III — 9.º andar
  70073 — Brasília (DF)

- Criação:
  MPM Propaganda S. A.
  Rio de Janeiro — RJ

- Direção-de-Arte e diagramação: Edmilson Vieira da Silva

- Pesquisa, texto e assessoria técnica sobre artesanato:
  Professora Lélia Coelho Frota

- Impressão:
  Gráfica do Banco do Brasil — DEMAG/GRAFI
  Rio de Janeiro (RJ)